



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Carolina Lopes Bartolomeu

A PROGRAMAÇÃO CULTURAL, O TRATAMENTO DA MEMÓRIA E A SUA RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE
ABRIL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Relatório de Estágio do Mestrado em Património Cultural e Museologia, orientado pela Professora Doutora Joana Ricarte, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Junho de 2023

FACULDADE DE LETRAS

A PROGRAMAÇÃO CULTURAL, O TRATAMENTO DA MEMÓRIA E A SUA RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ficha Técnica

| | |
|---|---|
| Tipo de trabalho | Relatório de Estágio |
| Título | A Programação Cultural, o Tratamento da Memória e a sua Relação com a Democracia |
| Subtítulo | Relatório de Estágio no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra |
| Autor/a | Carolina Lopes Bartolomeu |
| Orientador/a(s) | Professora Doutora Joana Sá Ricarte Alvarenga Pinheiro da Mota |
| Júri | Presidente: Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Vogais: 1. Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas 2. Doutora Joana Sá Ricarte de Alvarenga Pinheiro da Mota |
| Identificação do Curso | 2º Ciclo em Património Cultural e Museologia |
| Área científica | Património Cultural e Museologia |
| Especialidade/Ramo | Gestão e Programação |
| Data da defesa | 19-julho-2023 |
| Classificação do Relatório | 17 valores |
| Classificação do Estágio e Relatório | 18 valores |

Agradecimentos

Agradeço à Doutora Joana Ricarte pela orientação na elaboração deste Relatório de Estágio, bem como pelo constante apoio, incentivo, auxílio e disponibilidade, ao longo da realização do mesmo.

A toda a equipa do Centro de Documentação 25 de Abril e em especial à Doutora Natércia Coimbra, por me terem acolhido da melhor forma durante os seis meses de estágio, não só por toda a aprendizagem e crescimento proporcionados, mas também pela constante disponibilidade e auxílio.

À Carolina, Francisca, Leonor e Álvaro, por estarem presentes durante todo o meu percurso académico e pela duradoura amizade, que certamente se prolongará.

Um agradecimento especial à minha família, pais, irmão e avós, obrigada por proporcionarem o meu percurso académico, pelo constante apoio, encorajamento, paciência e compreensão. Sem vocês este percurso não seria exequível.

O meu maior e mais sincero agradecimento a todos, só assim foi possível realizar esta tarefa.

RESUMO

O presente relatório de estágio tem como objetivo apresentar o trabalho executado ao longo dos seis meses de estágio curricular realizados no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, no âmbito do 2º ano do Mestrado em Património Cultural e Museologia, na vertente de Gestão e Programação. O trabalho foi orientado pela Doutora Joana Ricarte, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e pela Doutora Natércia Coimbra, Diretora de Coleções da instituição de acolhimento.

Durante este estágio pretendeu-se estudar a relação entre a programação cultural e a memória do 25 de Abril, através da planificação de uma exposição intitulada de “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril”. A partir da criação deste projeto, foi possível analisar o impacto que a divulgação adequada do património cultural, relacionado com memórias relativas a regimes ditatoriais, tem na manutenção de um Estado Democrático, bem como o dever que as instituições responsáveis por este património, como centros de documentação, museus e arquivos, têm ao utilizá-lo e divulgá-lo em diferentes atividades culturais.

A realização deste estudo foi exequível a partir de todo o trabalho desenvolvido no Centro de Documentação 25 de Abril, do conhecimento adquirido relativo à criação de um projeto expositivo e do reconhecimento da importância da memória da Revolução dos Cravos na sociedade portuguesa, possível através do trabalho observado e realizado na instituição de acolhimento e da bibliografia consultada para a realização deste relatório. Contribuindo assim para o debate nos campos da programação cultural, património, memória e democracia.

Palavras-chave: Património Cultural; 25 de Abril; Memória, Democracia; Centro de Documentação; Programação Cultural

ABSTRACT

This internship report aims to present the work created over the course of the six month internship at Centro de Documentação 25 de Abril of University of Coimbra, as part of the 2nd year of the Master's Degree in Cultural Heritage and Museology, in the Management and Programming path. The work was guided by Doctor Joana Ricarte of Faculty of Humanities and Arts of the University of Coimbra and by Doctor Natércia Coimbra, Collections Director of the host organization.

The intention during the internship was to study the relationship between cultural programming and the Carnation Revolution memory, through the creation of an exhibition named "O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril". Starting from the execution of this project, it was possible to analyse the impact that proper broadcasting of cultural heritage connected to memories related to dictatorships can have in the maintenance of democracy, as well as the duty that the organizations responsible for this heritage, like documentation centres, museums and archives, have when using and disseminating it in different cultural activities.

The making of this study was conceivable due to all of the work developed in the Centro de Documentação 25 de Abril, the acquired knowledge that came with the creation of the exhibition project and the acknowledgement of the importance of remembering the Carnation Revolution in Portuguese society, possible through the observed work done in the host organization, as well as the consulted bibliography in the process of making this report. Contributing in this matter to the debate in the realms of cultural programming, heritage, memory and democracy.

Keywords: Cultural Heritage; Carnation Revolution; Memory; Democracy; Documentation Centre; Cultural Programming

Índice

| | |
|---|----|
| Capítulo 1 – INTRODUÇÃO | 1 |
| Capítulo 2 – Enquadramento teórico: o Património Cultural, a Memória e a Democracia | 4 |
| 2.1 – Património Cultural | 4 |
| 2.2 – A Memória no Património Cultural | 6 |
| 2.3 – O Património Cultural e a Democracia | 9 |
| 2.3.1 – O papel das Instituições que lidam com o Património..... | 12 |
| Capítulo 3 – Contextualização: O 25 de Abril | 16 |
| 3.1 – A Importância de Relembrar o 25 de Abril de 1974..... | 17 |
| 3.2 – O cenário político atual | 20 |
| Capítulo 4 – O Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra | 22 |
| 4.1 – A Importância do Centro de Documentação 25 de Abril para o Património Cultural | 24 |
| 4.2 – O Estágio Curricular..... | 26 |
| 4.2.1 – Atividades Realizadas | 27 |
| Capítulo 5 – A Exposição: “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” | 30 |
| 5.1 – A Exposição..... | 30 |
| 5.2 – A Missão da Exposição | 41 |
| Capítulo 6 – Conclusão | 43 |
| BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS | 46 |
| ANEXOS | 51 |
| Anexo I – Tabela 1 | 51 |
| Anexo II – Tabela 2 | 52 |
| Anexo III – Legendas da Exposição | 55 |
| Anexo IV – Apresentação da Exposição “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” ... | 66 |

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio, realizado no âmbito do mestrado em Património Cultural e Museologia, pretende relatar as atividades e o trabalho desenvolvido no decorrer do estágio curricular concretizado no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (CD25A), com um principal foco no projeto expositivo construído, denominado de “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril”, que servirá como objeto de estudo empírico para a elaboração deste relatório. Para que fosse possível realizá-lo, foi necessário estudar o papel e a importância que o património cultural acarreta, bem como o seu uso por parte das instituições ligadas à sua proteção, preservação e divulgação.

O CD25A, enquanto arquivo, recebe, trata, preserva e dissemina documentos relacionados com a temática da Revolução do 25 de Abril de 1974 e outros subtemas conotados com este acontecimento histórico. A escolha do Centro de Documentação como instituição de estágio deveu-se ao interesse pelo estudo do período histórico abordado através do património e pelo interesse no estudo da influência das memórias de acontecimentos políticos passados, no presente e futuro da sociedade nacional e internacional.

Ao analisar o cenário político atual do país e do mundo, denota-se um crescimento de movimentos opressores cada vez mais visível, ligado a ideais extremistas que promovem discursos e práticas de exclusão. Ao analisar o caso português, este fenómeno é claro, com a recente conquista de poder dentro da Assembleia da República por parte de um partido político que se identifica com os valores acima descritos (partido *Chega*, atual terceira força política a nível nacional). Considerando que a liberdade e democracia conquistadas em Portugal são recentes, são várias as questões levantadas sobre o papel do esquecimento e da memória no combate a movimentos que procuram atacar a liberdade da sociedade de alguma forma.

Nesse sentido, para que a concretização do projeto expositivo seja possível, a análise do impacto da preservação e divulgação do património cultural que evoca memórias relacionadas com movimentos de extremismo e regimes ditatoriais, bem como relativos à libertação dos mesmos e à conquista da democracia, torna-se bastante relevante. Consequentemente, o estudo do papel de instituições que trabalham diretamente com património, como museus, arquivos, casas-museu, entre outras, e o tratamento que é feito ao património que estas tutelam, é também necessário, uma vez que estas entidades têm a possibilidade de apoiar e proteger o Estado democrático através do seu espólio e da forma como o exploram e apresentam ao público geral, a partir da programação cultural dinamizada. Esta análise foi conduzida através da observação do método de trabalho do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

No que toca aos conceitos referentes ao estudo da memória, estes devem estar presentes durante toda a análise conduzida neste relatório e, por isso, serão analisados aspetos como a lembrança e o esquecimento, voluntários ou involuntários, e outras noções intersubjetivas diretamente ligadas ao universo da memória, que auxiliem na compreensão da sua relação com o património cultural.

Tendo por base a problemática apresentada, este relatório pretende apresentar o projeto expositivo desenvolvido no âmbito do estágio curricular, explorando o enquadramento teórico-conceptual que serviu de base para a sua execução, bem como o contexto da Revolução dos Cravos. A exposição apresentada teve como objetivo geral compreender a transformação do vocabulário que surgiu com o 25 de Abril de 1974, a sua importância no passado e no presente, bem como a sua evolução. Para além disso, pretende-se ainda alcançar com a exposição: a identificação da mudança a nível político, económico e social que se operou com o 25 de Abril de 1974; o reconhecimento da importância da liberdade e da democracia; a compreensão da importância da memória do Estado Novo, das conquistas do 25 de Abril, no tempo presente e do significado das expressões exploradas na exposição, bem como a análise da relevância das expressões apresentadas no tempo presente, sua pertinência, valorização e recorrência nos dias de hoje.

A partir da construção de um projeto que se propõe a alcançar os referidos objetivos, pretende-se contribuir também para o debate centrado no papel de um centro de documentação no espaço do património e da programação cultural, na relevância da memória no seio do património cultural, bem como na importância da memória conexas ao património cultural para a ressalva e defesa da democracia.

Ao explorar estas questões através da criação da exposição, pretende-se, assim, contribuir para uma análise crítica que ajude a compreender a relação entre memória, património e instituições que trabalham com este, nomeadamente arquivos, e a preservação da democracia.

Este relatório encontra-se dividido em seis capítulos, que conduzirão o estudo da problemática anteriormente discutida de forma a dirigir uma análise com concordância que permita compreender o trabalho desenvolvido no estágio curricular, bem como o intuito e processo da criação da exposição.

Após este primeiro capítulo introdutório, seguir-se-á o segundo capítulo que se encarregará de conceber um enquadramento teórico da problemática apresentada e dos conceitos que estiveram envolvidos na criação deste projeto. Nesta secção será discutida a importância do património cultural, a memória e posteriormente será analisada a relação direta e indireta entre estas duas noções e a sua influência na democracia. Finalmente, será feita uma reflexão sobre o trabalho que instituições como o Centro de Documentação 25 de Abril desempenham na preservação e divulgação do património e da memória que este acarreta, com enfoque na temática política a ser estudada neste relatório e na importância destes locais na salvaguarda e manutenção dos estados democráticos.

No terceiro capítulo será introduzido o tema do 25 de Abril de 1974, com uma breve parte contextual que tem como função contemplar a data enquanto acontecimento histórico. Será feita uma análise extensiva à Revolução dos Cravos enquanto memória celebrada e lembrada de forma constante, bem como enquanto património. Neste estudo serão utilizados os conceitos discutidos no segundo capítulo, para que se compreenda a importância do património gerado a partir do acontecimento histórico de 1974, bem como qual a importância de preservar este espólio para a sociedade de um modo geral e para a proteção da democracia. O capítulo termina com uma análise ao atual cenário político português.

O quarto capítulo foca-se no Centro de Documentação 25 de Abril. Este inicia-se com uma descrição do espaço enquanto instituição escolhida para a realização do estágio, da sua criação e história, ao longo dos 38 anos de funcionamento. Passa ainda por uma descrição das diferentes atividades realizadas pelo CD25A, bem como do seu método de trabalho e de tratamento de espólio. É ainda explorada a importância do Centro para o património cultural e da sua preservação, através da análise do seu método de trabalho, confrontando as funções exercidas pelo objeto de estudo (CD25A) com os termos teóricos analisados nos Capítulos 2 e 3. Termina com uma descrição do estágio curricular e das atividades realizadas durante o mesmo. Esta secção conta com uma descrição e análise dos métodos de trabalho adquiridos através do manuseamento de diferentes tipos de documentos, bem como dos conhecimentos apreendidos sobre programação cultural através do processo de criação de um projeto expositivo.

O quinto capítulo caracteriza-se pela apresentação do projeto expositivo “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril”, criado no decorrer do estágio curricular no Centro de Documentação 25 de Abril. É feita uma análise ao processo de criação do projeto, descrevendo-o na sua íntegra. Finalmente, será abordado o propósito de compor uma exposição sobre esta temática, a partir da compreensão da missão do projeto.

Por fim, o relatório terminará com uma conclusão (sexto capítulo), que pretende avaliar o impacto do trabalho desenvolvido no CD25A durante o estágio realizado, bem como do projeto expositivo planificado. Contempla ainda a forma como este contribuiu para o debate relacionado com a memória no universo do património cultural, bem como com o papel dos centros de documentação e entidades com funções semelhantes na preservação destes, através da programação cultural, incluindo uma conclusão sobre a importância desta salvaguarda e da divulgação para o bom funcionamento da democracia e, por isso, da sociedade livre que hoje existe no país.

Capítulo 2 – Enquadramento teórico: o Património Cultural, a Memória e a Democracia

No sentido de realizar o estudo sobre o papel e importância da memória associada ao Património Cultural e a responsabilidade das instituições ligadas à área de preservar e divulgar esta memória, bem como o impacto do seu trabalho na proteção da democracia, este capítulo pretende explorar os conceitos acima descritos (património cultural, memória e democracia) e a sua interligação. Este será o enquadramento teórico necessário para compreender a análise realizada ao longo deste relatório.

Posteriormente será realizada uma contextualização do 25 de Abril, como acontecimento e como memória, sendo, por isso, a sua relação com os conceitos acima referidos também explorada.

2.1 – Património Cultural

O ser humano, ao longo da sua existência, teve por princípio preservar a sua história e os seus feitos, protegendo objetos, edifícios e reminiscências de rituais, celebrações e costumes, deixando clara a sua constante relação com o património cultural.¹

Em Portugal, esta necessidade de salvaguarda é destacada oficialmente apenas no século XVIII, quando D. João V assina um alvará que pretende proteger vários acervos do reino. A partir deste momento, é despertada uma consciência para a proteção dos vestígios do passado, que culmina com o decreto publicado em 1875, que pretende classificar os objetos materiais (edifícios, objetos artísticos, etc.) conotados a marcos históricos, como monumentos nacionais.²

O conceito de Património Cultural foi progredindo ao longo dos séculos, com diversas convenções, recomendações e cartas, conduzidas e realizadas internacionalmente, que auxiliaram na construção da atual definição de Património Cultural e nas medidas de seleção, proteção e preservação do mesmo, adotadas tanto a nível europeu, como mundial.³ A conceção da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), contribuiu também de forma bastante significativa para esta problemática, uma vez que estas organizações internacionais se encontram na linha da frente, no que toca ao reconhecimento e

¹ Feary, S., Brown, S., Marshall, D., Lilley, I., McKinnon, R., Verschuuren, B., & Wild, R. (2015). "Chapter 4 Earth's Cultural Heritage". *Protected Area Governance and Management*. p. 87

² Rodrigues, P. S. (2010). "O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)". *100 anos de Património. Memória e Identidade*. p.19-20

³ Correia, M. B. (2010). "Convenções e recomendações internacionais". *100 anos de Património. Memória e Identidade*. p.243-245

salvaguarda do Património Cultural.⁴ Em Portugal, houve uma maior chamada de atenção para esta problemática a partir da Revolução dos Cravos de 1974.

A definição de Património Cultural dada pela UNESCO (United Nations Education, Scientific and Cultural Organization) refere que este conceito:

(...) inclui artefactos, monumentos, um conjunto de edifícios e sítios, museus que têm uma diversidade de valores incluindo o simbólico, histórico, artístico, estético, etnológico ou antropológico, científico e social. Inclui o património tangível (móvel, imóvel e subaquático), o património intangível incorporado em artefactos, sítios ou monumentos de património cultural e natural. (...) ⁵ [tradução livre]

O Código Deontológico do ICOM (International Council of Museums) para Museus (2009), refere ainda que Património Cultural é “todo o objeto ou conceito considerado de importância estética, histórica, científica ou espiritual” (p.18).

Marilena Vecco expõe em “A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible” (2010), a evolução que existiu nos métodos de seleção do Património Cultural, referindo que para além dos iniciais objetos históricos e artísticos, atualmente são também considerados como Património Cultural objetos com valores culturais, identitários e que se interliguem interactivamente com a memória. Vecco aponta similarmente para a importância da valorização do património imaterial, que contribui para que exista uma maior sensibilização para com a diversidade cultural da humanidade.

O património de um país ou região traduz parte da identidade do território e da sua população. Este pode existir fisicamente ou pode ser imaterial, exibindo a história, arquitetura, tradição ou os costumes de determinado local. Os objetos, palpáveis ou não, são considerados por uma comunidade como Património Cultural com base na identidade coletiva que esta foi construindo ao longo da sua existência. A identidade de uma sociedade é construída de forma conjunta, através da seleção das memórias consideradas relevantes e representativas dos acontecimentos significativos e marcantes para a comunidade.⁶

Um grupo constrói a sua identidade a partir dos acontecimentos vividos, das lembranças e simbologias que lhe são mais próximas. Tal como Donizete Rodrigues afirma em “Património cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos”: “O património expressa a identidade histórica e as vivências de um povo.”(2018, p.355), ou seja, o património reflete as memórias de determinada população, preserva-as e transmite-as de geração em geração.

⁴ Correia, M. B. (2011). “A UNESCO e o ICOMOS”. *100 anos de Património. Memória e Identidade*. p.245-247

⁵ Website UNESCO Institute for Statistics. (2009). *Cultural heritage: Definition*. <https://uis.unesco.org/en/glossary-term/cultural-heritage>

⁶ Folgado, Deolinda. (2010) “Património inclusivo. Das expectativas aos desafios”. *100 anos de Património. Memória e Identidade*. p.323-324

Conclui-se então a existência de uma clara interligação entre o Património Cultural e a Memória.

2.2 – A Memória no Património Cultural

Para o ser humano, a retenção de memórias é notavelmente relevante, tanto de forma individual e pessoal, como de forma coletiva. É através da lembrança de determinados acontecimentos que se constrói uma identidade.⁷ Na construção da identidade de um grupo, a memória coletiva, partilhada por todos, é o elemento fundamental para edificação e estruturação de uma comunidade onde exista compreensão recíproca entre os indivíduos que lhe pertencem, bem como um sentimento individual de pertença ao grupo social.

Veysel Apaydin refere em “The interlinkage of cultural memory, heritage and discourses of construction, transformation and destruction” (2020), a relação constante entre a memória e os indivíduos, bem como a sua presença ininterrupta no dia-a-dia destes, destacando a importância da pertença dos indivíduos a uma comunidade, para a criação e estabelecimento de uma memória coletiva.⁸

Barbara A. Misztal (2005) distingue as lembranças pessoais e autobiográficas de cada pessoa no seu singular, da memória que é partilhada por uma comunidade. O ato de relembrar é individual e a existência de memórias pessoais é o fator que desencadeia a memória coletiva, no entanto, o indivíduo não poderia ter criado esta recordação sem uma contextualização social à sua volta, Misztal alude para este mesmo aspeto:

Embora seja o indivíduo quem lembra, lembrar é mais do que o ato pessoal, já que mesmo as memórias mais pessoais estão inseridas num contexto social e moldadas por fatores sociais que permitem a lembrança coletiva, como a língua, os rituais e as práticas de celebração⁹ [tradução livre]

Brien Brothman apresenta ainda uma outra ideia em “The Past that Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records”, negando que a memória é apenas uma representação do passado, mas sim conhecimento presente. Para além da memória se caracterizar pelo conhecimento de factos passados, esta tem a função de construção e moldagem da consciência.

Adicionalmente, Brothman destaca a diferença entre o campo da história e a memória coletiva. Considerando o primeiro objetivo e factual apenas e a segunda como o fator que determina quais os

⁷ Reading, Anna (2011). *Identity, memory and cosmopolitanism: The otherness of the past and a right to memory?*. p.383-384

⁸ Apaydin, Veysel. (2020). “The interlinkage of cultural memory, heritage and discourses of construction, transformation and destruction”. *Critical Perspectives on Cultural Memory and Heritage: Construction, Transformation and Destruction*. p.14

⁹ Misztal, Barbara A. (2005). *Memory and Democracy*. p.1321

factos eleitos para serem recordados de forma oficiosa.¹⁰ Apaydin explora esta distinção ao evocar Pierre Nora, que considera que a memória é algo vivo, enquanto a história é algo “reconstruído do passado”.¹¹

Após analisar os diferentes pontos explorados pelos diversos autores mencionados, a correlação da memória e do património é evidente. As memórias selecionadas por uma comunidade são visíveis a partir do património cultural, por isso, este também é designado tendo em conta a identidade da população. Possíveis alterações que esta sofra serão também sentidas no património. Estas modificações podem ocorrer em prol de moldar a identidade coletiva de determinado grupo, as memórias e o património cultural podem ter o seu significado alterado e reinterpretado.

Apaydin (2020) introduz esta problemática ao citar Astrid Erll e Ann Rigney (2009), que consideram a memória como “(...) um processo contínuo de lembrança e esquecimento no qual indivíduos e grupos continuam a reconfigurar a sua relação com o passado (...)”¹² [tradução livre]. Segundo o autor, a necessidade de apagar vestígios de certa memória advém da interpretação da memória enquanto ameaça para um grupo ou ideologia, algo recorrente em países ou regiões governadas por sistemas autoritários ou em cenários de guerra, visto que o património cultural material, principalmente o arquitetónico e monumental, é um dos principais alvos de destruição em quadros conflituosos entre duas nações.¹³ A invasão russa à Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, prova ser um forte exemplo de extermínio de património e consequentemente de memórias. Em março de 2022, a UNESCO revelou que 53 monumentos e sítios já haviam sido total ou parcialmente destruídos.¹⁴

Anna Reading (2011) explora uma outra perspetiva da adoção do esquecimento e da lembrança por parte das comunidades, ao analisar um debate frequente, evidenciado por Brody Reed (2006), que se dá numa nação que enfrenta um período pós-conflituoso: existe uma necessidade de ser assumida a responsabilidade pelos atos antiéticos por parte de quem os cometeu, porém subsiste uma vontade de conceder uma amnistia ao grupo perpetrador. Já Brothman (2001) considera o oblívio benéfico para que a sociedade possa evoluir, sem se prender a costumes pouco éticos e, por vezes, nocivos.¹⁵

A compreensão do papel da lembrança e do esquecimento, é relevante para que seja possível perceber o tratamento da memória e a importância do património e das suas instituições em momentos de rutura política, transição de poder ou de superação de passados violentos e traumáticos, como acontece com a evolução de uma ditadura para a democracia, abordada nos seguintes capítulos deste relatório.

¹⁰ Brothman, Brien. (2001). *The Past that Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records*. p.60-61

¹¹ Apaydin, V. (2020). *Op. Cit.* p.16

¹² Apaydin, V. (2020). *Op. Cit.* p.15

¹³ Apaydin, V. (2020). *Op. Cit.* p.24-25

¹⁴ Observador. (2022). *UNESCO diz que pelo menos 53 monumentos e sítios foram destruídos ou danificados na Ucrânia*.

¹⁵ Brothman, B. (2001). *Op. Cit.* p.73

Nicolas Zorzin (2020) explora as diferentes instâncias onde o esquecimento e a recordação das memórias se contradizem, abordando o exemplo da cultura taiwanesa e, conseqüentemente, do seu património. A região foi anteriormente ocupada tanto pelo Japão como pela China, os vestígios deste passado são aceites por parte da população, mas vários membros da comunidade identificam-se apenas com a identidade taiwanesa, o que se reflete no cenário político. Contudo, a cultura chinesa está presente nos programas educativos de Taiwan, sendo a maioritariamente adotada. Zorin reflete na influência que esta escolha tem na preservação e salvaguarda do património, que, segundo este, é selecionado de forma tendenciosa e baseada em ideais políticos¹⁶.

O património cultural taiwanês é uma das principais preocupações neste conflito de identidades e aceitação de um passado histórico e das memórias a este associadas. Sendo que por um lado a destruição do património é incentivada e, por outro, a proteção deste é vista como prioritária. Mais recentemente surgiu ainda uma outra visão que apoia e impulsiona a aceitação e o reconhecimento das diferentes identidades, de modo a que ambas possam coexistir e que a salvaguarda do património seja a preocupação primária da comunidade de Taiwan.

Giulio Verdini (2021) evidencia, de igual forma, o impacto que o cenário político e económico de determinada região ou país têm nos campos da memória e do património cultural. Apesar de atentar que, tal como foi anteriormente mencionado, o património cultural é eleito por uma comunidade com base na identidade que esta construiu a partir da memória, Verdini considera que esta seleção de lembranças e atribuição de significados ao património pode “gerar esquecimento, manipulação, apropriações, visões contrastantes em torno de comemorações, ou até destruição ou remoção de objetos patrimoniais em prol da eliminação dessas memórias”¹⁷ [tradução livre]. É essencial para a compreensão deste relatório que se explore a influência que o universo político pode ter na memória e no património e vice-versa, para que seja possível assimilar a relação destes conceitos com a democracia. Através destes autores, podemos compreender esta correlação.

O património cultural exhibe e representa as experiências vividas por certa comunidade, bem como a influência que os acontecimentos tiveram na sua caracterização e, por isso, na construção da sua identidade. Tal como foi evidenciado anteriormente, também o decorrer desta estruturação pode ser verificado através do património, visto que este é uma prova e uma verificação das memórias, que foram progressivamente selecionadas de forma coletiva, e de tudo vivenciado pela comunidade que o rodeia. O património cultural é uma fonte que permite a leitura do cenário político, económico e social de

¹⁶ Zorzin, Nicolas. (2020). “Alternating cycles of the politics of forgetting and remembering the past in Taiwan”. *Critical Perspectives on Cultural Memory and Heritage: Construction, Transformation and Destruction*. p.270

¹⁷ Verdini, G., Evans, H., Demgenski, P., Zhang, L. S. (2021). “Heritage and Memory”. In *Cultural China 2020: The Contemporary China Centre*. p.85

determinada região ou país, que detém a capacidade e o poder de influenciar estes setores, tal como será analisado posteriormente.

2.3 – O Património Cultural e a Democracia

O património cultural, tal como mencionado no anterior subcapítulo, é interpretado pelas memórias e identidade de uma comunidade e, por isso, as esferas políticas, sociais e económicas do país influenciam e estão presentes no tratamento dado aos bens patrimoniais.

A memória é uma ferramenta que transmite conhecimento, que molda a visão do presente e auxilia a tomada de decisões por parte de determinado grupo. Anna Reading (2011) reforça esta ideia, ao defender que a memória acarreta responsabilidade pelo sentido de justiça e na diferenciação entre as noções do correto e errado da comunidade, auxiliando a construção da sua própria bússola ética, com base nos acontecimentos passados.¹⁸ Os ideais coletivos de cada população são influenciados pela sua identidade e, por isso, o cenário político também é afetado por estas. A permanência e a preservação da democracia está assim dependente da memória coletiva de cada grupo. Barbara Misztal nomeia três principais razões que demonstram a importância que esta tem na manutenção de um Estado democrático: “garantir a justiça, alcançar o seu potencial e assegurar a sua continuação”.¹⁹

Para uma melhor compreensão do conceito de democracia, analisa-se Vanessa A. Boese, que em “How (not) to measure democracy” (2019) menciona a definição simplista de Schumpeter (1976) que classifica um sistema democrático como um regime onde os governantes são eleitos através do voto e têm a possibilidade de contestar, questionar e decidir de forma participativa.²⁰

Misztal considera que um país democrático deve aceitar e compreender o seu passado, não o censurando, reconhecendo os seus atos menos corretos e as vítimas que destes resultaram. A autora defende, ao evocar Adorno (1986), que o esquecimento é uma “ameaça para a democracia”²¹, uma vez que aceitar as lembranças do passado de forma crítica se mostra essencial para a evolução da sociedade. Posteriormente, menciona Habermas (1997), que defende de igual modo a necessidade por parte das comunidades de aceitarem a responsabilidade que o seu passado acarreta, relembrando que eventos como o Holocausto não devem ser esquecidos ou perder a sua relevância com o passar das gerações. O que se mostra relevante para as instituições de preservação e divulgação do património, uma vez que a

¹⁸ Reading, Anna (2011). *Op. Cit.*. p.382

¹⁹ Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1320

²⁰ Boese, Vanessa A. (2019). *How (not) to measure democracy*. p.97

²¹ Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1323

programação cultural que estas desenvolvem, tal como será analisado posteriormente, deve ter estes aspetos em mente.

Contudo, Misztal refere-se também a Hobbes (1967) e Rawls (1993), que defendem a necessidade de “amnésia social”²² para criar uma sociedade onde não existam sentimentos de indignação ou mágoa entre indivíduos. Ernst Renan (1882/1990) sustenta a ideia de que o esquecimento assegura uma imagem nacional coesa e unificada, que apenas relembra os heróis e grandes feitos da nação. Porém, a autora defende a possibilidade de que um discurso que exalte apenas as conquistas de um país ou região possa ser usado no meio político para defender ideias nacionalistas, bem como propagar misticismos relativos ao passado e, por isso, o ato do esquecimento deve obedecer a uma ética que não seja prejudicial para qualquer membro afetado pelo acontecimento que está a ser erradicado.²³

Apesar do contraste de ideologias feito por Misztal e da afirmação da necessidade ocasional de esquecer, esta mantém-se uma ávida defensora da imprescindibilidade do ato de lembrar para a existência de uma democracia: “Recordar crimes contra a humanidade é essencial para sustentar e nutrir o cuidado mútuo.”²⁴ [tradução livre] A memória coletiva auxilia na identificação de possíveis ameaças aos sistemas democráticos, o acesso ao património que representa estes acontecimentos permite-nos identificar fatores de risco através de aspetos semelhantes que já tenham ocorrido no passado e que tenham levado ao comprometimento da democracia. A memória é importante para que os erros cometidos no passado não sejam repetidos no presente ou futuro.²⁵ A autora conclui que o uso da memória, bem como do ato de lembrar e esquecer, devem ser em prol da justiça democrática²⁶, afirmando também que “as memórias coletivas de um sistema político devem servir para rejeitar ou consolidar uma estrutura sociopolítica.”²⁷ [tradução livre]

Andrea Hepworth (2017) analisou o comportamento e a interação de diferentes gerações relativamente a memórias de passados ditatoriais, nomeadamente no caso espanhol e alemão. Começando por afirmar que a memória pode e deve ser perpetuada através de debates, exposições públicas ou memoriais, sendo que a autora aponta para o facto de que estes são geralmente construídos imediatamente depois de um evento traumático ou no período de 25 a 30 anos que se segue a este, o que demonstra o desenvolvimento das gerações dentro de uma comunidade e a sua relação com a memória do ocorrido. Hepworth utiliza o caso alemão como exemplo, visto que foi após uma série de debates relacionados com o tema que a primeira geração nascida no pós-guerra começou a manifestar-se relativamente ao passado do país e aos atos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial,

²² Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1325

²³ Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1325-1326

²⁴ Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1327

²⁵ Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1328

²⁶ Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1336

²⁷ Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1335

considerando que até então este tipo de discussões não haviam ocorrido, sendo que a geração anterior se manteve em silêncio.²⁸

A autora considera que a terceira geração tem a oportunidade de reconstruir o discurso que envolve os eventos traumáticos, podendo de igual forma relembrar acontecimentos que haviam sido esquecidos. Isto acontece pelo afastamento temporal que existe entre esta linhagem e o acontecimento.²⁹ Esta ocorrência pode atingir o seu exponencial máximo se o património referente a estas memórias permanecer intacto e acessível à comunidade, para que esta possa continuar o debate que o envolve.³⁰

Hepworth analisa a relação direta entre a construção de memoriais e a lembrança das vítimas destes acontecimentos marcados por atos atrozos: “Irão estes memoriais manter a memória das vítimas viva? Os memoriais em si serão certamente incapazes de o fazer, mas desde que as discussões que consolidam as narrativas como memória coletiva sejam desencadeadas por eles, a memória ocorrerá.”³¹ [tradução livre]

Hepworth atenta finalmente para o crescimento do extremismo político de direita e de ideologias neonazis na Alemanha, algo notório em vários países europeus e causador de grande preocupação. Contudo, os debates, gerados através do património e dos memoriais construídos, relativos ao passado do país e aos crimes contra a humanidade que foram cometidos por este, influenciam as novas gerações a identificar este tipo de ameaças à democracia e a lutar pela sua erradicação. De acordo com a autora, “a interação entre os elementos discursivos e físicos destes locais de memória certamente mantêm as memórias do passado relevantes no presente e podem servir como contrapeso em debates fogosos sobre o futuro político do país.”³² [tradução livre]

A memória é essencial para a preservação da democracia e para a identificação das ameaças que possam surgir contra esta. Tal não seria possível sem a recordação de eventos passados, principalmente em nações que vivenciaram cenários políticos autoritários e ditatoriais. O património cultural, enquanto testemunho da memória, é a representação “palpável” dos acontecimentos que ocorreram em determinado local, envolvendo determinada comunidade. É através do património que as gerações se conseguem conectar com este passado que não experienciaram em primeira mão. O património cultural é um testemunho que relata o evento histórico, quer seja este monumental, arquitetónico, artístico ou imaterial (tradições, história oral, música), e, por isso, este tem um importante papel no suporte da democracia, é através dele que a comunidade pode compreender o que aconteceu anteriormente,

²⁸ Hepworth, Andrea. (2019). “From Survivor to Fourth-Generation Memory: Literal and Discursive Sites of Memory in Post-dictatorship Germany and Spain”. *Journal of Contemporary History*. p.141-143

²⁹ Hepworth, A. (2019). *Op. Cit.* p.145

³⁰ Hepworth, A. (2019). *Op. Cit.* p.149-151

³¹ Hepworth, A. (2019). *Op. Cit.* p.151

³² Hepworth, A. (2019). *Op. Cit.* p.153

analisar os erros cometidos e evitar praticar as mesmas ações nocivas para a sua liberdade. Emília Tavares afirma que “só através da arte e do património, como da cultura em geral, é possível empoderar os cidadãos, criar práticas de diálogo, de sabedoria e de democracia participativa.”³³

Yussef Campos (2022) aborda a relação entre o património cultural e a democracia através da análise do cenário brasileiro. O país atravessou um período crítico a nível político, com o aumento do apoio aos ideais de extrema-direita, que afetou diretamente o património cultural, sendo o Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional um dos alvos, juntamente com outros locais de memória e considerados património.³⁴ O autor debruça-se sobre o vandalismo a estátuas representativas de figuras responsáveis por crimes contra a humanidade (parte de regimes autoritários ou responsáveis por escravatura, por exemplo), que ocorreu em 2020, como resultado do movimento antirracista *Black Lives Matter*. Reflete na importância de reavaliar o património e os ideais que este representa, pois indivíduos notórios pela sua brutalidade não deveriam estar exibidos de forma exaltante.³⁵

Campos conclui que muitos dos bens de natureza cultural ou natural foram considerados como património por influência política e ideológica e não apenas com o intuito de serem preservados e protegidos.³⁶ O autor atenta assim para o papel do património na representação da memória, mas também para a responsabilidade que este acarreta na defesa do sistema democrático, pois este deve ser constantemente estudado e revisado, para que continue a defender esta ideologia que permite a liberdade das comunidades.

2.3.1 – O papel das Instituições que lidam com o Património

As instituições que lidam com o património, quer sejam estas museus, arquivos ou centros de documentação, acarretam uma grande responsabilidade na preservação da memória, bem como no manuseamento e utilização desta, a partir dos seus espólios e acervos. Um país democrático deve questionar e reavaliar a sua memória coletiva de forma constante, para obter a informação necessária relativamente a estas lembranças, a comunidade deve consultar as evidências que lhe são disponibilizadas. Estes objetos ou documentos estão disponíveis ao público em locais como arquivos, por exemplo.³⁷

³³ Tavares, Emília. (2022). *Património Fotográfico: Entre o Arquivo e o Museu – Um Caso de Ação e de Estudo, o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s*. p.462

³⁴ Campos, Yussef. (2022). “Cultural Heritage and the Crisis of Democracy”. *Heritage: New Paradigm*. p.3-4

³⁵ Campos, Yussef. (2022). *Op. Cit.* p.4

³⁶ Campos, Yussef. (2022). *Op. Cit.* p.6

³⁷ Misztal, Barbara A. (2005). *Op. Cit.* p.1327-1328

Em regiões ou países com um passado traumático, marcado por atrocidades cometidas em contexto de guerra, como França, Alemanha e Japão ou com passados ditatoriais como Portugal e Espanha, são criadas instituições, monumentos, arquivos, dia de celebração e memoriais que têm como função representar a realidade dos acontecimentos.³⁸ A missão destas conceções é precisamente perpetuar a memória coletiva destes eventos, levando a uma evocação e reinterpretação constante do passado traumático. Tanto os museus, como os arquivos, centros de documentação e bibliotecas estão interligados entre si, muitas vezes recorrendo a empréstimos de documentos e objetos patrimoniais. Estes locais são conhecidos como “instituições da memória”³⁹, por promoverem o acesso a informação sobre esta.

A Direção Geral do Património Cultural portuguesa considera que a sua missão se caracteriza por “assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural (...), bem como desenvolver e executar a política museológica nacional”.⁴⁰ O International Council of Museums considerou, em 2016, os museus como “espaços democratizantes, inclusivos, (...) orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros”.⁴¹ Estas duas definições auxiliam na compreensão da responsabilidade que estas instituições acarretam.

Amy Sodaro (2018) considera que os museus que retratam memórias de eventos traumáticos e sensíveis têm como objetivo gerar no público uma reação emotiva e empática, para além disso, destaca ainda que estes espaços são criados com o propósito de enfrentar e lidar com o passado. A autora considera que existem três fatores imprescindíveis para o bom funcionamento de uma instituição deste carácter: o primeiro ponto defendido refere-se à abordagem que o museu faz da temática, sendo que este deve revelar os factos reais sobre o passado, documentando-o; o segundo elemento que deve estar presente é uma clara e autêntica representação das vítimas; por último, estes espaços devem educar o público, para que este compreenda e “internalize” o sentimento de que um ato destes não pode acontecer de novo no presente ou futuro.⁴²

Emília Tavares (2022) afirma que os museus devem ter uma “capacidade crítica” a nível interno e externo, defendendo valores democráticos de forma autónoma e não por influência de atuais cenários políticos.⁴³

³⁸ Reading, Anna (2011). *Op. Cit.*. p.382

³⁹ Zarei, Mitra; Farrokhnia, Maliheh. (2011) *Integrated Access to Cultural Heritage Information Pieces in Iran Astan – Quds Razavi’s Organization of Libraries, Museums and Documents center: a Theory of Unionization Disparate Information Assets over Imam Reza’s Zarih*. p.181

⁴⁰ Website Direção Geral do Património Cultural. *Missão*. <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/missao/>

⁴¹ Cited in Ribeiro, J. A. (2019). “Sobre a proposta da nova definição de Museu”. *ICOM Portugal*.

⁴² SODARO, A. (2018). *MEMORIAL MUSEUMS: Promises and Limits*. p.162-163

⁴³ Tavares, Emília. (2022). *Op.Cit.* p.462

No caso arquivístico, Brien Brothman (2001), considera de igual modo que o arquivo deve “promover conhecimento” ajudando na construção de identidades e na formação de uma consciência moral.⁴⁴

O Yad Vashem, the World Holocaust Remembrance Center (Centro Mundial da Lembrança do Holocausto) é um exemplo a analisar, enquanto instituição patrimonial, que lida com a memória de um evento traumático. O centro foi inaugurado em 1953, com o objetivo de comemorar, educar, documentar e investigar as temáticas relacionadas com o Holocausto. Este espaço pretende relembrar as vítimas judaicas e celebrar aqueles que lutaram para o término dos horrores cometidos durante este período. O Yad Vashem tem várias instalações contando com museus, memoriais, arquivos, uma biblioteca, um centro visual, um centro de investigação e ainda um centro de aprendizagem.⁴⁵

Esta instituição tem como preocupação a continuação da recordação das memórias do Holocausto nas gerações mais novas, sobretudo com o gradual desaparecimento dos sobreviventes e com a acelerada evolução proporcionada pelo mundo das tecnologias. Por isso, a sua missão é clara: educar as gerações mais novas relativamente ao Holocausto, trabalhando este tema a partir da perspetiva judaica, de modo a criar nos visitantes empatia perante esta comunidade e o seu passado. Procura ainda instruir o público sobre interações éticas com outras comunidades, bem como contribuir para a construção dos seus princípios morais.⁴⁶

Este centro trabalha ativamente para preservar a memória do Holocausto e dos crimes cometidos contra a humanidade durante este período, procurando provocar nos seus visitantes uma capacidade de refletir sobre o acontecimento, uma vontade de não permitir que algo semelhante se repita no futuro e um entendimento da necessidade de continuar a relembrar estas memórias. Tal não seria possível sem o património cultural ao seu dispor, imprescindível para a atribuição de credibilidade do passado, bem como para a sua compreensão. O património presente nas diferentes instalações do Yad Vashem, permite compreender a interligação que museus, arquivos/centros de documentação e bibliotecas têm entre si, bem como a relação que todas estas instituições têm com o património, com a sua preservação e salvaguarda, bem como com a sua divulgação e utilização, para a proteção da democracia, a defesa contra regimes autoritários e crimes contra a integridade humana e os seus direitos básicos.

No caso desta dissertação, os exemplos acima mencionados auxiliam a perceber a relevância que, noutros contextos internacionais, a gestão e utilização do património cultural para promover a memória ou o esquecimento, bem como a problematização de certos períodos históricos ou do branqueamento do passado têm. Estes são, deste modo, relevantes para que se possa estudar como, no caso português, as instituições de salvaguarda e divulgação do património têm um papel central para a democracia, ao

⁴⁴ Brothman, B. (2001). *Op. Cit.* p.62

⁴⁵ Website Yad Vashem. *What is Yad Vashem.* <https://www.yadvashem.org/about/yad-vashem.html>

⁴⁶ Website Yad Vashem. *Mission.* <https://www.yadvashem.org/about/mission-statement.html>

lidarem com o passado ditatorial que antecede a Revolução dos Cravos. Esta questão será abordada com maior profundidade no capítulo que se segue, a partir de uma contextualização sobre o 25 de Abril e a sua memória.

Capítulo 3 – Contextualização: O 25 de Abril

O embrião da democracia portuguesa nasceu a 5 de outubro de 1910, com a Implantação da República, porém, esta não se manteve constante ao longo da história do país. Frágil desde o seu começo, a Primeira República Portuguesa terminou com o golpe militar de 28 de maio de 1926, esta data marcou o início de uma nova era política no país, inicialmente conhecida como Segunda República Portuguesa.⁴⁷ É a partir deste momento também que se iniciam os 48 anos de ditadura portuguesa, que marcaram a história do país que apenas em 1974 conseguiu conquistar a sua liberdade.

Em 1926 instaurou-se em Portugal uma ditadura militar, que após sete anos politicamente conturbados, culminou no nascimento do Estado Novo. Foi no ano de 1933, com a aprovação da Constituição, que este regime, também conhecido como Salazarismo, se oficializou. António de Oliveira Salazar, anterior ministro das finanças (1928-1932)⁴⁸, foi a figura principal do Estado Novo, tendo sido substituído em 1968 por Marcello Caetano. Este era um regime que não seguia os princípios básicos da democracia, pelo contrário, que se caracterizava como uma ditadura autoritária e conservadora.⁴⁹

O Salazarismo assentava em valores conservadores e fascistas, com uma visão nacionalista⁵⁰ e sempre conotado à religião. O regime tinha como lema a expressão “Deus, Pátria e Família”, inculcada à população desde a sua infância. A escola primária era utilizada como uma grande ferramenta de instrução de ideais e “na formação de uma consciência nacional.”⁵¹ Com uma grande parte da população analfabeta, os programas escolares abordavam a ideologia cristã e temas simplistas, de modo a que os conteúdos não suscitasse qualquer tipo de pensamento crítico aos estudantes.⁵²

A falta de liberdade durante os 41 anos em que o país foi governado pelo Estado Novo, era flagrante. A censura existiu como um meio de controlo da população, tanto nos meios de comunicação, como na cultura que era consumida pelo povo português. O direito à informação foi assim negado pelo Estado. Contudo, não eram apenas os jornais, revistas, livros, peças teatrais ou letras de músicas os únicos alvos da censura, a “*censura do medo*”, ou seja, a manipulação do medo que a população sofria de ser atormentada pelas autoridades, de ser presa ou sofrer grandes consequências (perda de emprego, ameaças à família), pela não concordância com o regime.⁵³

⁴⁷ Reis, António. (1991). *Portugal Contemporâneo: Ascensão e consolidação do Estado Novo, A ordem económica e social entre o desenvolvimento e a estagnação, Controlo ideológico e resistência cultural, Sob a égide dos valores conservadores, vol.4.* p.7

⁴⁸ Lousada, Abílio Pires; Oliveira, Humberto Nuno. (2021) “António de Oliveira Salazar”. *Revista Portuguesa de História Militar.*

⁴⁹ Reis, António. (1991). *Op. Cit.* p.7

⁵⁰ Nunes, João Paulo Avelãs (2013) *António de Oliveira Salazar: um esboço de biografia política* p.1-2

⁵¹ Serrão, Vanda Maria de Bragança (2018) O Ensino durante o Estado Novo em Portugal: O papel do professor p.8

⁵² Rosas, Fernando; Brito, J. M. Brandão de, (1996), *Dicionário de História do Estado Novo, vol.I.* p.303-305

⁵³ Gama, M. (2009). *Da censura à autocensura no Estado Novo.* p.1

A PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), foi uma polícia política, criada em 1945, que tinha como função vigiar a população e perseguir aqueles que se opunham ao Estado Novo, recorrendo à violência e tortura, muitas vezes prendendo e matando estas vítimas.⁵⁴

A Guerra Colonial, iniciada na década de 1960, numa tentativa de manter as colónias africanas, levou a que muitos jovens arriscassem ou perdessem a sua vida, numa guerra que era encarada como desnecessária e apenas prejudicial.⁵⁵

O Salazarismo privou os portugueses da sua liberdade durante mais de quatro décadas, contudo a Revolução do 25 de Abril de 1974, também conhecida como a Revolução dos Cravos, modificou drasticamente o estado político, económico e social do país. Este movimento começado pelos capitães militares deu origem ao início da democratização do país,⁵⁶ um claro ponto de viragem na história do mesmo, que deu voz à sua população.

Após a revolução, o povo português recuperou a sua liberdade. Foram feitas reformas a vários níveis, tanto na educação, como na cultura, no papel da mulher, no setor agrário, entre outros. São feitas as primeiras eleições livres, onde o direito ao voto podia ser exercido por qualquer indivíduo com mais de 18 anos.⁵⁷

A adoção dos valores democráticos garantiu os direitos básicos aos cidadãos e permitiu que o país evoluísse com a restante Europa.

3.1 – A Importância de Relembrar o 25 de Abril de 1974

O 25 de Abril é uma data celebrada com um feriado nacional, que conta sempre com diversas celebrações que assinalam a data, nomeadamente um discurso por parte do Presidente da República, feito numa Sessão Solene Comemorativa do aniversário da Revolução.⁵⁸ A memória da Revolução dos Cravos faz parte da identidade da população portuguesa, uma vez que esta considera o acontecimento de extrema importância.

A data é relembrada anualmente, no seu aniversário, existindo uma enorme vontade de que esta, bem como o seu significado, não caiam em esquecimento. Tal como se observou anteriormente no caso

⁵⁴ Carmona, Rosalinda. (2021). “Foi há 76 anos – A PIDE”. *Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche*. p.1-2

⁵⁵ Bebiano, R. (2002). *A esquerda e a oposição à guerra colonial*. p.1

⁵⁶ Cabral, M. V. (2004). “O 25 de Abril em retrospectiva”. *Le Monde Diplomatique*. p.1.

⁵⁷ Reis, António; Rezola, Maria Inácia; Santos, Paulo Borges. (2017). *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril, vol.3*

⁵⁸ Página Oficial da Presidência da República Portuguesa. (2022). *Sessão Solene Comemorativa do 48º aniversário do 25 de Abril*. <https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-actualidade/2022/04/sessao-solene-comemorativa-do-48-o-aniversario-do-25-de-abril/>

alemão, também Portugal sente uma forte necessidade de preservar a memória do seu passado político. Esta vontade é primeiramente demonstrada na década de 1990, após a emissão de um debate televisivo num canal de televisão nacional privado, que contava com a presença de um ex-agente da PIDE. A população mostrou a sua indignação, ao ver um membro pertencente à facção opressora do Estado Novo a receber tamanha exposição mediática e expressou a sua preocupação face a um possível crescimento de um discurso de “desculpabilização do salazarismo e de apagamento das fronteiras entre a ditadura e a democracia.”⁵⁹, que já se havia começado a propagar na anterior década. Contudo, é também de ressaltar que a defesa das memórias antifascistas da década de 90 moldou de certa forma a memória coletiva relacionada com o Estado Novo e com o 25 de Abril⁶⁰, proporcionando o esquecimento de algumas lembranças e criando uma narrativa singular que se sobrepõe às restantes, que expõe de forma clara os sentimentos principais que são desencadeados pela memória da revolução.⁶¹

A necessidade de relembrar o 25 de Abril e de preservar os ideais que a rutura da ditadura proporcionou, mantiveram-se com a entrada para um novo século, sendo que no início da década de 2000, foram alguns os motivos que incentivaram a que tal acontecesse, como o *slogan* utilizado pelo governo (“Abril é evolução”) aquando da celebração da data, que não foi bem recebido pela população. Assim, a proteção da memória da revolução por parte da população, mostrou-se novamente significativa.⁶²

Para que o passado não seja erradicado e para que a memória do 25 de Abril não seja esquecida, a população tem a vontade e o cuidado de proteger o património cultural ligado à época histórica. Existem, por isso, locais dedicados a este acontecimento que fazem permanecer a memória da revolução, mas também os crimes cometidos contra a humanidade no tempo do Estado Novo, como o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, um museu que tem como missão a “valorização dessa memória [do 25 de Abril e Estado Novo] na construção de uma cidadania responsável e assumindo a luta contra a amnésia desculpabilizante”⁶³ e o Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche, que ocupa a Fortaleza de Peniche, monumento nacional, utilizada durante a ditadura como prisão política e tem como missão “preservar e comunicar a memória nacional relativa à Resistência ao regime fascista português”.⁶⁴ Para além de espaços museológicos existem ainda outro tipo de locais que salvaguardam o património

⁵⁹ Soutelo, Luciana. (2014). *A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do revisionismo histórico*. p.121-122

⁶⁰ Soutelo, Luciana. (2014). *Op. Cit.* p.123

⁶¹ Cruzeiro, Maria Manuela (2014). “O 25 DE ABRIL DE 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória”. *Revista Lusófona De Estudos Culturais*. p.27-28

⁶² Soutelo, Luciana. (2014). *Op. Cit.* p.124

⁶³ *Website* Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. *Sobre o Museu*. <https://www.museudoaljube.pt/sobre-o-museu/>

⁶⁴ *Website* Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche. *Missão*. <https://www.museunacionalresistencia-liberdade-peniche.gov.pt/pt/missao/>

cultural relativo à revolução, como o Centro de Documentação 25 de Abril e a Associação 25 de Abril. Ambos contam com um grande acervo documental relativo à temática.

A memória da Revolução dos Cravos é importante, pois, tal como foi anteriormente analisado, é necessário relembrar os atos criminosos cometidos em tempo de ditadura, bem como a restante história que envolve o surgimento de um sistema autoritário e o que leva ao rompimento do mesmo, para que tal não se volte a repetir e para que a democracia seja protegida. O 25 de Abril deve ser relembrado de forma constante para que a democracia portuguesa possa ser salvaguardada. O uso do património cultural para preservar esta memória nas várias gerações portuguesas é essencial, pois este não só pode ser uma confirmação dos acontecimentos, como incita um maior sentimento de ligação entre o indivíduo e o evento através de gerações.

A constante lembrança da Revolução dos Cravos em Portugal, permitiu que existisse uma contínua proteção do Estado democrático, sendo que mesmo as ameaças existentes, exploradas na seguinte secção deste relatório, não se mostram abertamente antidemocráticas.⁶⁵ Os partidos associados a ideais extremistas, continuam a participar nas celebrações do 25 de Abril, nunca renunciando aos ideais que defendem.⁶⁶ Porém, em locais onde o esquecimento foi implementado e não existe uma semelhante forma de celebração da libertação de um regime opressor, existe uma maior possibilidade de que a população ignore quaisquer ameaças à democracia e que apoie partidos com ideais extremistas.

Ao analisar o caso Brasileiro, onde a memória de uma ditadura militar, estabelecida no país entre 1964 e 1985, tem vindo a ser mal interpretada e problematizada, tanto pelo elemento negativo dos eventos traumáticos que foi desaparecendo dos debates relativos ao assunto, como pela tentativa de preservação da ordem social⁶⁷, é possível compreender que o país está muito mais suscetível a eventuais ameaças à democracia. Michel Goulart da Silva (2020) atenta para a necessidade que existe entre as gerações mais novas de obter conhecimento relativamente ao passado político do país, para que possam compreender as questões a ser atualmente discutidas, porém, tal não é exequível sem um bom enquadramento da memória coletiva⁶⁸, que é possível, tal como vem a ser analisado ao longo deste relatório, através do trabalho das instituições patrimoniais, da programação cultural e do recurso às comemorações.

⁶⁵ Ferreira, Leonídio Paulo; Cruz, Pedro. (2023). “O Chega tem uma margem de crescimento significativa. É um partido que pode chegar aos 15%, 20%”. *Diário de Notícias*.

⁶⁶ Diário de Notícias. (2023). *Parlamento assinala 49º aniversário da Revolução dos Cravos*.

⁶⁷ Silva, Michel Goulart da. (2020). *Op. Cit.*. p.51

⁶⁸ Silva, Michel Goulart da. (2020). *Op. Cit.*. p.50

O regime é também glorificado por muitos, que exaltam os acontecimentos positivos e as “conquistas” feitas pelo país, sobrepondo-os à memória de um regime opressor e ditatorial. O autor cita Pierre Vidal-Naquet, que apelida este grupo como “assassinos de memória”⁶⁹.

Sendo que não é possível fazer uma análise unilateral da política, estes fatores, encontram-se dentro daqueles que contribuíram para que, em 2019, Jair Bolsonaro fosse eleito como presidente do Brasil, tendo o seu mandato terminado em 2022. Michel Goulart da Silva (2020) atenta para a ideologia extremista defendida pelo ex-presidente, que abertamente evocou e enalteceu a ditadura militar⁷⁰. Bolsonaro utilizou as redes sociais para alcançar um maior número de pessoas durante a sua campanha eleitoral, Janaisa Martins Viscardi (2020) aponta para o uso do descontentamento da população como ponto de ligação e de “identificação” entre o então candidato e os seus apoiantes⁷¹. O ex-presidente apoiou também discursos de ódio contra minorias, apoiando-se em *fake news*⁷² e descredibilizou os restantes candidatos nas plataformas digitais. Esta informação dada por uma figura política a um povo que se depara com uma disputa de narrativas evidente, culminou na eleição de Jair Bolsonaro.

Este contraste observado entre Portugal e o Brasil, sublinha ainda mais as consequências que o esquecimento e a lembrança podem ter no futuro de um país, mostrando o quão importante é o papel das instituições que trabalham o património cultural, as memórias, as narrativas e a sua interpretação, bem como, no caso português, a importância da continuação da celebração do 25 de Abril de 1974, para a salvaguarda do Estado democrático português.

3.2 – O cenário político atual

O cenário político atual de Portugal, pode ser comparado a um dos casos de estudo de Andrea Hepworth (2019) anteriormente mencionados, pois, tal como na Alemanha, também em Portugal se tem vindo a verificar um crescimento do apoio a partidos políticos defensores de ideais ligados à extrema-direita.

Nas últimas décadas, por toda a Europa, a política de extrema-direita tem vindo a aumentar o número de apoiantes. Em Portugal este crescimento foi notório em 2019, quando um deputado do partido político *Chega* foi eleito para a Assembleia da República. A autora Margarida Santana sublinha

⁶⁹ Silva, Michel Goulart da. (2020). *Op. Cit.* p.51-52

⁷⁰ Silva, Michel Goulart da. (2020). *Op. Cit.* p.50

⁷¹ Viscardi, Janaisa Martins. (2020) *Fake News, Verdade e Mentira sob a Ótica de Jair Bolsonaro no Twitter.* p.1153

⁷² Fruet, Angelo Francisco. (2021). *Estratégias Discursivas e Produção de Sentido na Comunicação Política de Jair Bolsonaro na Rede Social Twitter Durante a Campanha Eleitoral de 2018.* p.79-80

que “(...) pela primeira vez desde a queda do Estado Novo, um partido conotado com a extrema-direita conseguia assento parlamentar.”⁷³

Este é um partido notório por defender os ideais extremistas mencionados e por ser associado e comparado ao Estado Novo em várias instâncias. Como exemplo, evoca-se o uso da frase “Deus, Pátria e Família” num congresso do *Chega*.⁷⁴ Santana descreve que este apresenta “elementos nativistas, autoritários e populistas, inseridos numa cultura política que se diz liberal na economia e conservadora nos costumes”.⁷⁵ Em Portugal existem, para além deste partido, outros com semelhantes ideais, como o partido *Ergue-te*, que se opõe ao 25 de Abril publicamente⁷⁶, porém tem uma taxa de adesão e apoio muito menor.

Nas eleições legislativas de 2022, o partido *Chega* tornou-se a terceira força política em Portugal, sendo que anteriormente se encontrava em sétimo lugar nesta escala, conseguindo eleger 12 deputados para a Assembleia da República.⁷⁷ O que deixou parte da população em alerta, já em 2019.

Os partidos políticos de direita-extrema contemporâneos não são uma cópia exata dos que existiram no século anterior, apesar de partilharem muitos dos seus valores, sendo o mais notável o valor antidemocrático, atentando que, partidos como o *Chega* não defendem qualquer tipo de golpe institucional, estes acolhem um conceito de democracia assente no poder da maioria e na subjugação das minorias.⁷⁸ Estes partidos tornam-se uma ameaça à democracia e aos valores de Abril plasmados na atual redação da Constituição Portuguesa, pelo seu crescimento constante e pelos ideais que defendem.

Tal como foi acima analisado, a memória é necessária para que se possam detetar possíveis obstáculos na preservação do estado democrático do país e após a sua identificação, cabe à comunidade defender as lembranças do passado para que este não se repita. No entanto, as instituições que lidam com o património cultural relativo a este tema, têm uma obrigação redobrada de relembrar este acontecimento e de zelar pela preservação da democracia.

⁷³ Santana, Margarida. (2021). “A Direita Radical Populista em Portugal”. *Observatório Político*. p.2

⁷⁴ Machado, Delfim (2021). ““Deus, Pátria e Família”: a frase do Estado Novo no congresso do Chega”. *Jornal de Notícias*.

⁷⁵ Santana, Margarida. (2021). *Op. Cit.* p.7

⁷⁶ Website Partido Ergue-te. *Até que a voz nos doa: morte ao 25 de Abril*. <https://www.partidoergue-te.pt/2023/04/ate-que-a-voz-nos-doa-morte-ao-25-de-abril/>.

⁷⁷ RTP Notícias. (2022). *Chega passou de sétima para terceira força política*.

⁷⁸ Santana, Margarida. (2021). *Op. Cit.* p.3

Capítulo 4 – O Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

O Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra foi criado em 1984, por influência de Boaventura de Sousa Santos, professor catedrático da UC, pertencente a um grupo de docentes e investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). A proposta que levou à criação desta instituição foi apresentada ao então Reitor da Universidade de Coimbra e em dezembro de 1984, o Centro foi oficialmente criado através de um despacho reitoral. Boaventura de Sousa Santos viria a ocupar o cargo de Diretor do CD25A durante 27 anos.⁷⁹

O Centro de Documentação 25 de Abril já ocupou vários edifícios, porém sediou-se sempre na cidade de Coimbra, nas imediações do Pólo I da Universidade da cidade. O primeiro local que acolheu a instituição encontrava-se na Rua de Antero de Quental e era partilhado com o, já extinto, Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra. Em 1989 a instituição alterou a sua sede para o edifício da Rua Augusta, nº 25.⁸⁰ Atualmente, o CD25A localiza-se no Colégio da Graça, na Rua da Sofia, nº138. Este é um edifício que se encontra sob a alçada da Universidade de Coimbra e está integrado no complexo urbanístico classificado como Património Mundial da Humanidade da Unesco (2011) – Universidade de Coimbra, Alta e Sofia. O Colégio da Graça é também ocupado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e pelos serviços da Liga dos Combatentes.

Este edifício começou a ser construído no ano de 1543, com o propósito de ser um complexo colegial⁸¹. No séc. XIX serviu como hospital e quartel militar. O “Quartel da Graça” (designação atribuída ao edifício durante a ocupação militar) deixou de servir as suas funções, enquanto quartel, em 1998, passando a ser ocupado pela Liga dos Combatentes e por outros serviços ainda relacionados com a atividade militar. Em 2004, o edifício foi adquirido pela Universidade de Coimbra, que realizou obras tanto de restauro, como de adaptação para receber os serviços do Centro de Estudos Sociais e do Centro de Documentação 25 de Abril.⁸²

A mudança oficial do CD25A para o Colégio da Graça aconteceu a 28 de junho de 2016 e a instalação definitiva dos seus serviços no edifício deu-se em outubro do mesmo ano. As alterações feitas ao imóvel, no sentido de albergar esta instituição da Universidade, permitiram ao Centro melhorar as suas funções e aumentar o seu impacto na cidade.

⁷⁹ Informação cedida pela Doutora Natércia Coimbra. (2023).

⁸⁰ Informação cedida pela Doutora Natércia Coimbra. (2023).

⁸¹ Marques, José (2009). *Frei Luís de Montóia e Diogo de Castilho na construção do Colégio da Graça de Coimbra, segundo o Livro das obras del Collegio*. p.233

⁸² Website Universidade de Coimbra. *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia: Colégio da Graça*. <https://www.uc.pt/ruas/inventory/mainbuildings/graca>

O espaço ocupado no Colégio da Graça está dividido por dois pisos, no piso de entrada encontram-se diferentes gabinetes, onde a equipa trata do acervo documental e cumpre as suas diferentes funções, uma sala de leitura e algumas das coleções existentes. Na cave, encontram-se as restantes coleções do CD25A, arquivadas em salas com os devidos acondicionamentos para que os documentos se mantenham preservados e para que sejam organizados de forma coerente para fácil acesso.

O Centro de Documentação 25 de Abril é um organismo público que funciona sob a alçada da Universidade de Coimbra. Foi criado com o intuito de reunir materiais documentais de várias tipologias, sobre o período de tempo entre o 25 de Abril de 1974 e a tomada de posse do I Governo Constitucional, que retratassem o cenário político e social do país. Tal seria feito no sentido de proteger e preservar estes documentos e de facilitar o seu acesso a investigadores e ao público em geral, através de ações de divulgação e da constituição de exposições do seu acervo.

O CD25A recolheu desde a sua abertura milhares de objetos do mais variado tipo, não só do intervalo de tempo acima mencionado, mas também do período do Estado Novo e do período a seguir a 1976, sendo considerado como um dos mais ricos arquivos nacionais relativos a este intervalo temporal. O Centro recolhe vários tipos de documentos: livros, registos de vídeo e sonoros, material impresso e manuscrito (panfletos, comunicados, recortes de imprensa), iconografia, objetos e história oral.

Foi o primeiro a nível nacional a recolher, de forma metódica, arquivos e fundos documentais privados, acarretando já doações de mais de 450 indivíduos, que confiam no CD25A por este ser uma instituição pública, com os devidos meios para acondicionar as doações. O Centro identifica-se como uma instituição isenta de afinidades ideológicas, o que se reflete na seleção e recolha de espólio, bem como na divulgação e conservação do mesmo, fator que contribui de igual modo para o elevado número de doações recebidas. Para além dos contributos de arquivos pessoais, o acervo documental é construído também por depósitos, legados e pela compra/aquisição.⁸³ O CD25A conta com quase 4 milhões de documentos.

A obtenção de documentos e incorporação dos mesmos deve seguir várias regras, por essa razão, o Centro de Documentação desenvolveu um sistema, com diversos passos que devem ser seguidos, para que as novas aquisições sejam devidamente incorporadas no seu espólio.

O “Circuito do Documento” inicia-se assim que este entra no CD25A. A aquisição deve ser identificada pelo tema que retrata (por exemplo: sindicalismo, manifestações, movimento estudantil, etc.) de imediato. É atribuído um número de registo e uma cota ao documento, que indicam a sua localização física dentro do Centro. O documento é posteriormente registado digitalmente. Este deve ser meticolosamente estudado e devem ser registados vários dados sobre o documento, como as suas

⁸³ Informação cedida pela Doutora Natércia Coimbra. (2023).

dimensões, o seu estado, título, autor, ano, entre outros, para que se possam preencher os requisitos das grelhas classificativas criadas. Os documentos são posteriormente catalogados e, usualmente, digitalizados para que fiquem disponíveis no website do centro. Para além disso, os documentos danificados passam ainda por uma fase de restauro e conservação. É importante sublinhar que o centro utiliza as normas e procedimentos utilizados nacional e internacionalmente.

O Centro de Documentação 25 de Abril disponibiliza toda esta documentação a investigadores, alunos do ensino secundário e ensino superior e a curiosos que pretendam inteirar-se de diferentes tópicos relevantes no período histórico em questão. Os documentos podem ser vistos no website da instituição ou presencialmente na sala de leitura da mesma, de forma gratuita.

O Centro de Documentação marcou a sua presença no espaço virtual desde muito cedo, tendo criado a sua primeira página *online* em 1994. Este *website* tem vindo a sofrer várias alterações e atualizações, tendo a última ocorrido no ano de 2022.

A equipa do CD25A conta com cerca de oito elementos, formados nas áreas de Biblioteca, Arquivo e Documentação (BAD), que acarretam as diversas atividades e funções realizadas: a recolha, o tratamento e a colocação à consulta dos documentos; a organização e manutenção da biblioteca de forma a que esta tenha fácil acesso para quem a pretende estudar; a recolha de informação e a organização de vários projetos (como exemplo: o Projeto de História Oral); a edição e distribuição de materiais pedagógicos, bem como de núcleos documentais que são distribuídos e emprestados a escolas interessadas; a gestão da página do CD25A na internet; a criação de exposições documentais e fotográficas, para itinerância por todo o país; a colaboração com a Universidade de Coimbra e com a comunidade em eventos (debates e conferências) realizados pela mesma.

O Centro de Documentação, pelo diferente tipo de espólio que recolhe e as diferentes atividades preparadas, é por vezes também considerado como arquivo ou biblioteca de leitura pública, para além dessas denominações, assume ainda aproximar-se de um museu documental.⁸⁴

4.1 – A Importância do Centro de Documentação 25 de Abril para o Património Cultural

O Centro de Documentação 25 de Abril é um arquivo que tem como função principal a recolha e salvaguarda de espólio relacionado com um dos períodos históricos mais importantes do país. A sua relevância para a proteção do Património Cultural é, por isso, notória e de elevada importância.

Tal como foi abordado anteriormente (Capítulo 2), as instituições diretamente relacionadas com o património têm o dever de preservar a memória de determinado acontecimento ou período histórico,

⁸⁴ Informação cedida pela Doutora Natércia Coimbra. (2023).

ao salvaguardar os objetos patrimoniais que confirmam os acontecimentos. Para que seja possível existir um constante debate e uma reavaliação do passado, da sua recordação, bem como da forma como estas memórias podem e devem ser utilizadas, de modo a proteger a democracia.

O CD25A recolhe vários tipos de documentos referentes a diferentes subcategorias inseridas na temática do 25 de Abril de 1974, bem como das décadas que lhe antecederam e sucederam, ou seja, a ditadura do Estado Novo e a adoção da democracia no período pós-revolução. Este espólio, tal como foi acima mencionado, não tem qualquer tipo de afiliação ideológica, existindo documentos representativos de partidos políticos diferentes e que representam distintas visões. O Centro, torna-se assim um local credível, que possibilita uma ampla e completa compreensão dos acontecimentos do 25 de Abril, a partir do património ao seu encargo, que traduz o seu posicionamento valorativo. Mário Chagas afirma que “as instituições que tratam da preservação e difusão do património cultural, sejam elas arquivos, bibliotecas, museus, galerias de arte ou centros culturais, apresentam um determinado discurso sobre a realidade.”⁸⁵

No segundo e terceiro capítulos, é de igual modo sublinhada a importância de relembrar eventos relacionados com passados históricos traumáticos para que estes não se repitam no presente ou futuro. A divulgação deste espólio, já devidamente analisado e tratado, é essencial, pois permite difundir a memória do 25 de Abril, contribuindo para o debate ininterrupto sobre o tema, para a lembrança dos acontecimentos e para o desenvolvimento de uma compreensão e empatia perante os eventos, que permita às diferentes gerações perceberem, de forma ética, a importância da democracia, bem como as consequências que ações antidemocráticas podem provocar num país/região.

O Centro de Documentação 25 de Abril mostra compreender o dever que tem enquanto entidade detentora deste património, pois para além de criar os seus próprios projetos expositivos, promove ainda o conhecimento do seu espólio através dos diversos empréstimos de documentação a outras instituições, nomeadamente instituições museológicas que pretendem trabalhar as temáticas mencionadas. Segundo as autoras Leonor Oliveira e Joana Baião, “(...) a importância dada ao arquivo está a “reforçar o papel do museu enquanto centro de investigação e de espaço de construção da memória histórica.”⁸⁶

O trabalho desenvolvido pelo CD25A está diretamente ligado com a preservação da memória do 25 de Abril, a sua missão, para além de se caracterizar pela salvaguarda, restauro e proteção dos documentos, é também a de difundir e perpetuar a lembrança desta data marcante, bem como da história que a envolve. O Centro tem, por isso, grande relevância a nível nacional, ao disseminar informação relativa à Revolução dos Cravos a diferentes gerações, para que estas possam entender o passado e direcionar o futuro de modo a que os crimes cometidos no passado, não sejam repetidos. Porém, tem

⁸⁵ Chagas, Mário. (2002). “Memória e poder: dois movimentos”. *Cadernos de sociomuseologia* . p.43.

⁸⁶ Oliveira, L., & Baião, J. (2015). “Exposições como património. Preservar e divulgar a memória expositiva da Fundação Calouste Gulbenkian”. *Revista Memória em Rede*. p.192-206.

ainda destaque a nível internacional, emprestando espólio para diversos eventos e exposições fora do país e com uma página *online* também disponível em inglês, permitindo uma divulgação intercontinental, para que as memórias do 25 de Abril e do Estado Novo cheguem a várias partes do mundo, como mais um exemplo das consequências do extremismo político.

Ao compreender a importância do seu espólio e o impacto que a divulgação deste tem na população e no presente e futuro da sociedade, principalmente portuguesa, o CD25A pretende, não só executar o seu papel primário de arquivo, mas também de criar projetos que contribuam para a comunidade e para a sua evolução.

4.2 – O Estágio Curricular

A escolha do Centro de Documentação enquanto local de estágio deveu-se ao fascínio pelo tema tratado pela instituição, pela vontade de compreender o seu método de trabalho, pela necessidade de compreender o papel de uma entidade do tipo – um arquivo – no universo do património cultural e o impacto que esta causa na sociedade, principalmente ao trabalhar com património que evoca memórias de um passado político traumático.

A realização deste estágio teve como objetivo analisar as diferentes etapas necessárias para a programação de uma exposição, ao compreender como selecionar um tema relevante, os passos necessários para que seja possível executar um projeto expositivo coerente e que contribua para a uma divulgação ética e pertinente do património cultural.

O plano de atividades a realizar durante o estágio foi acordado com a Diretora de Coleções do Centro de Documentação 25 de Abril, Dra. Natércia Coimbra e com a Orientadora de Estágio da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Professora Doutora Joana Ricarte.

Neste plano, foi estabelecido que, inicialmente, seria feito um acompanhamento e uma recolha de indicadores e rotinas do circuito de documento em uso no CD25A, com ênfase na área técnica de inventário e programação de exposição. Seguido por uma análise e tomada de contacto com as questões técnicas relativas à gestão de coleções (inventário, conservação e restauro, digitalização e controlo de qualidade, introdução de conteúdos no *website* do CD25A). O penúltimo ponto estabelecido refere a apresentação dos resultados das informações recolhidas e das tarefas pré-estabelecidas. Por fim, seria apresentada uma proposta à equipa do CD25A de um projeto expositivo, com possibilidade de execução.

O estágio curricular realizado no Centro de Documentação 25 de Abril e as atividades realizadas no seu decorrer, foram previamente estabelecidas para que o principal foco permanecesse na execução da exposição.

4.2.1 – Atividades Realizadas

As atividades realizadas ao longo do estágio foram programadas de forma a auxiliar no planeamento e realização do projeto expositivo a ser apresentado.

O tema deste trabalho foi inicialmente discutido com a Dra. Natércia Coimbra, para que estivesse sempre presente em todas as atividades realizadas ao longo do estágio curricular. O tópico escolhido foi proposto pela Diretora de Coleções do Centro: o léxico do 25 de Abril, uma exposição que conta com vários elementos do espólio do CD25A, que traduzem as diferentes palavras e expressões utilizadas com mais frequência aquando da Revolução dos Cravos.

Com o tema em mente, a primeira atividade consistiu na recolha de um conjunto inicial de palavras a utilizar, a partir do estudo de documentos fornecidos pelo Centro de Documentação 25 de Abril, bem como pela análise do período temporal a que pertencem os documentos a ser integrados no projeto. Para além disso, foram escolhidas as coleções a estudar para que fosse possível montar a exposição: cartazes, autocolantes e murais.

A segunda tarefa proposta pelo CD25A centrou-se na compreensão do “Circuito do Documento”, o processo que deve ser aplicado a cada documento que é adquirido pelo Centro e, por isso, passa a fazer parte do espólio do mesmo. O estudo deste circuito foi feito a partir dos cartazes e do tratamento que estes necessitam para serem integrados no espólio, conduzido e supervisionado pela Assistente técnica BAD Luísa Conceição.

O cartaz, ao ser adquirido pelo CD25A, deve ser imediatamente dividido por tipo de documento e posteriormente por tema (por exemplo: sindicalismo, manifestações, movimento estudantil, etc.). É-lhe atribuído um número de registo e uma cota (composta pelo número de registo do documento e por elementos que indicam a sua localização física). O documento é registado no programa informático *filemaker*. Para uma melhor compreensão deste circuito, ao trabalhar com a coleção de cartazes, foram selecionadas sete pastas com diferentes temas.

A primeira pasta a ser analisada foi a pasta 52A, com cartazes do tema “25 de Abril”, que apesar de já registados no programa, ainda não continham todas as informações necessárias. Para que os cartazes possam passar à seguinte fase do circuito (catalogação, feita pela Arquivista do CD25A, Dra. Joana Moreira), devem estar preenchidos na plataforma os seguintes parâmetros: número de registo, dimensões, pasta, tema, estado, descrição, título, autor, oficina/editora, suporte, técnica, local, data de registo, ano, espólio, imagem do documento, cota e qualquer outra observação adicional. Este processo é feito para que a organização física e digital do centro seja coerente. E para que a localização de cada objeto seja fácil e rápida em qualquer um dos suportes.

Após a familiarização com o programa, iniciou-se o trabalho com cartazes ainda sem qualquer tipo de tratamento, tendo sido estes divididos por temas e colocados nas pastas 53A, 54A, 55A e 56A, criadas no decorrer do estágio, tanto em formato digital como em formato físico. Estas pastas continham cartazes com temas diversos como “sindicalismo”, “arte e cultura” e “manifestações”. Aos documentos selecionados para cada uma destas pastas foi atribuído número de registo, cota e os seus dados foram introduzidos no programa informático.

Para que cada documento tivesse uma descrição digital completa, foi necessário compreender o processo de digitalização dos documentos, bem como de tratamento da imagem para que sejam transferidas para a plataforma *filemaker*.

A criação das pastas físicas é feita utilizando placas de cartão de grandes dimensões (cerca de um metro e meio) que acondicionam os cartazes, sem causar danos aos mesmos. É necessário ainda gerar etiquetas com informação relativa aos cartazes que cada pasta contém. Estes rótulos são colados nas pastas, visivelmente, para que a arrumação e localização destas seja rápida e eficaz.

Este processo foi executado em cerca de 90 cartazes. A realização destas atividades contribuiu para um estudo inicial do espólio do CD25A e para uma familiarização com os diferentes subtemas do seu acervo, o que auxiliou no início da preparação do projeto expositivo.

Uma outra atividade fundamental para a consolidação da visão da exposição a criar foi o estudo do restante espólio do Centro de Documentação 25 de Abril, nomeadamente das coleções de cartazes, murais e autocolantes, com centenas de documentos a analisar. Durante este levantamento, selecionou-se um primeiro grupo de objetos documentais a utilizar na exposição.

Uma curta tarefa realizada consistiu no acompanhamento e auxílio na montagem de uma sala do Arquivo da Universidade de Coimbra, que iria receber um evento organizado pelo Centro, focado na sua coleção de documentos relativos ao SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).

As exposições em itinerância do CD25A foram maioritariamente criadas pela equipa do mesmo e por parcerias feitas com outras entidades. Para que fosse possível compreender melhor qual o tipo de atividades semelhantes já realizadas pelo Centro, com o auxílio da Diretora de Coleções, Dra. Natércia Coimbra, foram analisadas as exposições já concebidas pelo Centro de Documentação 25 de Abril. Deste estudo ficou assente o método de trabalho e de construção de uma exposição a seguir, para que o projeto a ser construído fosse de acordo com os ideais da instituição.

O processo de estruturação de uma exposição do Centro de Documentação 25 de Abril tem como primeiro passo a decisão do tema e da forma como este deverá ser explorado, visto que pode ser abordado de um modo mais abrangente ou pode existir um maior foco num subtema particular. É ainda importante determinar qual o tipo de formato expositivo que se pretende adotar, estabelecendo qual a sua vertente principal: artística, documental, etc. Para que tal seja possível, o conhecimento e o estudo

prévio da coleção e do espólio a expor é impreterível. É essencial que antes demais se conheça de forma clara o que irá ser manuseado para conceber a atividade.

A equipa de trabalho é igualmente importante. Esta deve realizar o seu trabalho de forma homogénea. Este grupo de trabalho pode ser constituído por vários agentes e várias entidades interessadas, como arquivistas, arqueólogos, museólogos, arquitetos ou historiadores. A linha de pensamento na concessão da exposição deve manter-se sempre coerente, em todos os aspetos a serem considerados. Devem estudar-se também o orçamento necessário para a realização da exposição, os materiais, o espaço onde esta deverá ser realizada, etc.

É importante que, em todas as exposições, pelo menos uma parte seja reutilizável, para que exista a possibilidade de se criarem outras atividades utilizando o mesmo material ou para que este possa ser colocado em itinerância, podendo posteriormente ser utilizado para que a exposição possa ser vista noutras partes do país ou internacionalmente. A partir destes projetos podem ainda ser criados outros materiais, como painéis que ilustrem a exibição original, para que haja uma maior facilidade na circulação da informação da exposição inicial. Para as escolas que possam participar na atividade, são muitas vezes criados guias, em colaboração com professores, para diferentes disciplinas relacionadas com o tema abordado pela exposição. Estes guias contêm atividades, notas, questões e questionários, que são aplicados aos alunos pelos respetivos docentes, para que se crie uma experiência mais interativa e educativa enquanto observam a exposição.

Para as atividades organizadas pelo Centro de Documentação 25 de Abril, são habitualmente criados panfletos, que têm como objetivo ser distribuídos pelos visitantes das exposições, para que estes possam fazer um melhor acompanhamento das mesmas. Posteriormente, são criados curtos livros que ilustram a exposição para futura referência e consulta. No entanto, o seu principal propósito é o de registar e documentar a exposição e o seu conteúdo. Estes documentos são mantidos no CD25A. Existe ainda um dossier que descreve todas as exposições do Centro em itinerância do ponto de vista técnico, descrevendo o tema geral da atividade, a sua estrutura lógica e física e as condições de cedência da exposição (espaço, encargos, custos e apoio local necessários).

Após a análise destes diversos projetos, deu-se início à última atividade realizada no decorrer do estágio curricular no Centro de Documentação: o planeamento da exposição, com a criação de um plano completo, que culmina toda a aprendizagem feita ao longo da elaboração das tarefas acima referidas. Este projeto, após terminado, foi apresentado e aprovado pela Dra. Natércia Coimbra.⁸⁷

⁸⁷ A sua execução não foi possível ainda no presente ano letivo (2022/2023), no entanto, existe uma vontade e disponibilidade de o realizar futuramente, por todas as partes envolvidas.

Capítulo 5 – A Exposição: “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril”

No âmbito do estágio curricular, foi realizado um projeto expositivo, a partir do acervo do Centro de Documentação 25 de Abril. Tal como foi discutido no anterior capítulo, as diferentes atividades realizadas no decorrer do estágio culminaram na realização do plano da exposição.

Para uma melhor compreensão do projeto “O Dicionário do 25 de Abril: o Léxico do 25 de Abril”, deverá inicialmente ser estudada a elaboração do plano da exposição, bem como o documento em si, seguido pela missão e os objetivos a alcançar com a concretização desta, bem como os possíveis impactos que pode ter após a sua realização.

5.1 – A Exposição

A exposição “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” consiste na análise do vocabulário vulgarizado pela sociedade portuguesa depois da Revolução do 25 de Abril de 1974, de modo a que se possa compreender a mudança que ocorreu na sociedade portuguesa que tinha permanecido em ditadura e sem liberdade durante 48 anos, analisando os movimentos e lutas que surgiram na época. Para além disso, objetiva-se despertar uma reflexão na visão destes conceitos no presente.

O projeto pretende explorar os termos que foram introduzidos no vocabulário corrente da população. No entanto, ambiciona também realçar a ausência de certas expressões, que apesar de estarem evidentemente relacionadas com as transformações que ocorreram na época, do ponto de vista de um cidadão português do Século XXI, não eram aquelas com maior destaque aquando da Revolução dos Cravos. Assim, foram estudadas as palavras mais evidentes, repetidas com mais frequência e com maior destaque no espólio do CD25A.

A criação do plano de exposição foi faseada, tendo-se iniciado por um estudo geral do tema a retratar, bem como uma seleção primária de diferentes palavras que teoricamente se poderiam enquadrar na exposição, a partir da qual se criou uma lista-rascunho onde se encontravam alguns dos seguintes termos: Democracia, Estado laico, Educação, Fascismo, Mudança, Estado de Direito, Liberdade, Progresso, Voto, Sindicalismo, Cravo, Descolonização, Europeísmo, entre outras. Tal como foi anteriormente mencionado (Capítulo 4), a importância de dominar o tema a retratar na atividade cultural a desenvolver é de extrema importância, para que os materiais a utilizar possam ser devidamente analisados e selecionados, de forma coerente e para que a construção da porção descritiva do projeto se encontrasse factualmente correta.

A seleção de documentos foi realizada através do estudo das coleções de cartazes, autocolantes e murais. A utilização deste espólio deveu-se à sugestão da Diretora de Coleções do CD25A, que considerou que estes objetos fossem os mais pertinentes a utilizar, bem como os mais versáteis a nível de utilização em diferentes formatos de exposição (por exemplo, online ou fisicamente). Foi feita uma escolha inicial dos documentos, com um único critério de seleção: a sua relevância com os tópicos diretamente relacionados com o 25 de Abril. Nesta primeira recolha, foram designados cerca de 160 documentos (53 cartazes, 43 murais, 67 autocolantes)⁸⁸, e foi criada uma tabela com todas as palavras que estes continham (ver Anexo II, p.52), sendo posteriormente também alterada a lista de palavras previamente feita, visto que existiam alguns termos como: Recenseamento Público, Europeísmo, Descolonização, Retorno, Regime Parlamentar, Modernização ou Estado Unitário, que não constavam nos documentos escolhidos, bem como palavras que não constavam do rascunho e que foram adicionadas, como: Censura, Feminismo, Igualdade, Independência, Ditadura, Boato e Cultura. Com esta análise preliminar, foram selecionados 35 termos, cada um com pelo menos um objeto atribuído.

A partir deste primeiro levantamento, foram paulatinamente excluídos vários documentos, sendo que foi pré-determinado que para cada palavra poderia ser escolhido um número máximo de 4 objetos documentais. Os critérios de seleção aumentaram o seu rigor, para que pudessem ser escolhidos os cartazes, autocolantes e murais mais adequados. O número de termos foi também diminuído, tendo sido excluídos aqueles com documentos pouco elucidativos e com pouca qualidade ilustrativa ou que não se enquadravam por se mostrarem repetitivos. Assim, o espólio eleito foi reduzido, considerando o contexto onde as palavras ou expressões se inseriam, bem como o conteúdo global do documento e, ainda, a estética, atratividade e pluralidade do documento. Foram escolhidos 42 objetos finais da coleção de cartazes, murais e autocolantes⁸⁹, correspondentes a 16 palavras, sendo que dois documentos foram atribuídos apenas à parte introdutória da exposição (sem palavra associada).

Na seguinte tabela, encontra-se a lista das palavras e respetivos documentos selecionados.

| Tipo de documento | Nº Registo/Localização física | Palavras/Expressões |
|--------------------------|--------------------------------------|----------------------------|
| Mural | Nº5, pasta 1 | Paz, liberdade |
| Mural | Nº36, pasta 1 | Voto |

⁸⁸ Anexo I, página 51

⁸⁹ Imagens de alguns dos documentos disponíveis no Anexo IV, página 66

| | | |
|-------------|----------------------|-------------------------------|
| Mural | Nº81, pasta 1 | Fascismo |
| Mural | Nº115, pasta 2 | Fascismo |
| Mural | Nº134, pasta 2 | Constituição |
| Mural | Nº178, pasta 2 | Reforma Agrária |
| Mural | Nº207, pasta 3 | Reforma Agrária |
| Mural | Nº216, pasta 3 | Constituição |
| Mural | Nº340, pasta 4 | Educação |
| Mural | Nº409, pasta 5 | Educação, Cultura |
| Mural | Nº422, pasta 5 | Mulher |
| Mural | Nº456, pasta 5 | Liberdade, Povo, Constituição |
| Mural | Nº550, pasta 6 | Mulher |
| Mural | Nº568, pasta 6 | Constituição, Paz, Habitação |
| Mural | Nº772, pasta 8 | Constituição |
| Mural | Nº837, pasta 9 | Greve |
| Autocolante | Nº1476, caixa 1 | Liberdade |
| Autocolante | Nº2784, p.25, caixa1 | Educação |

| | | |
|-------------|---------------------------------------|----------------------------|
| Autocolante | Nº2789, caixa1 | Habitação, Manifestação |
| Autocolante | Nº5285, caixa1 | Paz |
| Autocolante | Nº472, caixa 2 | Cooperativas |
| Autocolante | Sem número, caixa 2 | Cooperativas |
| Autocolante | Nº861, caixa 3 | Povo, Voto, Eleições |
| Autocolante | Nº2799, caixa 3, pág.9 | Manifestação, Sindicalismo |
| Autocolante | Nº5112, caixa 3 | Mulher |
| Autocolante | Nº2610, caixa 5 | Reforma Agrária |
| Autocolante | Nº2712, caixa 5 | 25 de Abril |
| Autocolante | Nº3027, caixa 5, pág.5 | Sindicalismo |
| Autocolante | Sem número, pág.8 (verso), caixa 6 | Cultura |
| Cartaz | Ctz012 (repetido da pasta 53A) | Liberdade |
| Cartaz | Ctz0065 (repetido da pasta 53A) | Constituição |
| Cartaz | Ctz0961_pasta 25 | Mulher |
| Cartaz | Ctz0455_pasta16 | Fascismo |

| | | |
|--------|-------------------------------------|-------------------------|
| Cartaz | Ctz0933_pasta 24 | Fascismo, Manifestação |
| Cartaz | Ctz0180_pasta4 | Voto, Povo |
| Cartaz | Ctz568_prat.06_pasta 47A | Manifestações, Fascismo |
| Cartaz | Ctz1814_est.02_prat.11_pasta 55A | Sindicalismo |
| Cartaz | Ctz0210_pasta 5 | Boato |
| Cartaz | Ctz024_pasta 7 | Cultura |
| Cartaz | Ctz0611_pasta 21 | Manifestação |
| Cartaz | Ctz1096_pasta 30 | Boato |
| Cartaz | Ctz0913_pasta 22 | Reforma Agrária |

Para cada um dos termos foi criada uma descrição (ver Anexo III, p.55), com uma versão mais extensa e completa e uma versão curta, a partir de diversa bibliografia do Centro de Documentação e de diversas fontes académicas. Foi ainda escrito um texto introdutório, com uma pequena explicação conceitual relativa à construção da exposição, bem como uma contextualização histórica relativa à Revolução do 25 de Abril. A elaboração de todos estes textos descritivos foi aprovada pela Dra. Natércia (CD25A), que domina a matéria retratada.

Seguiu-se o planeamento da estruturação lógica da exposição, com organização da ordem pela qual tanto os cartazes, murais, autocolantes, respetivas palavras e legendas se encontravam. A cada palavra corresponde um grupo documental e uma descrição, pelo que, para construir a exposição, foi

necessário encontrar uma sequência lógica para colocar cada um destes núcleos, de forma a criar uma linha coesa e contínua entre todos os elementos expositivos.

A legenda introdutória faz-se acompanhar de dois documentos ilustrativos do tema a retratar, de um modo geral, para que a compreensão e imersão no tema do 25 de abril seja de fácil acesso ao público. A primeira palavra a ser retratada será “Liberdade”, pois esta é considerada a expressão central da Revolução dos Cravos. As restantes noções a ser exploradas foram organizadas tendo em consideração os documentos e o seu conteúdo, uma vez que alguns dos objetos contêm mais do que uma palavra ou expressão. Assim, tal como esquematizado na seguinte tabela, os termos ficaram ordenados da seguinte forma:

Ordem da Exposição

| Palavra/Legenda | Documentos |
|-----------------|--|
| Introdução | Cartaz 0126 Autocolante 2712 |
| Liberdade | Autocolante 1476 Mural 456 |
| Constituição | Mural 134 Mural 772 Cartaz 0065 Mural 216 |
| Paz | Mural 5 Autocolante 5285 |

| | |
|--------------|---|
| Fascismo | Mural 81 Mural 115 Cartaz 0455 Cartaz 0933 |
| Manifestação | Cartaz 0611 Autocolante 2799 Cartaz 568 Mural 837 |
| Habitação | Autocolante 2789 Mural 568 |
| Sindicalismo | Autocolante 3027 Cartaz 1814 |
| Cooperativas | Autocolante 472 Autocolante sem número, caixa 2 |
| Cultura | Autocolante sem número, caixa 6, pág.8 (verso) Cartaz 024 Mural 409 |
| Educação | Autocolante 2784 Mural 340 |

| | |
|-----------------|---|
| Reforma Agrária | Mural 178 Autocolante 2610 Cartaz 0913 Mural 207 |
| Mulher | Mural 422 Mural 550 Autocolante 5112 Cartaz 0961 |
| Boato | Cartaz 0210 Cartaz 1096 |
| Eleições | Autocolante 861 Cartaz 1820 |
| Voto | Mural 36 Cartaz 0117 |
| Povo | Mural 456 |

Na idealização da exposição cada palavra estará em destaque, seguida pela respetiva legenda (versão curta) e documentos. O público terá a possibilidade de aceder à descrição mais extensa através de um *QR code* colocado junto de cada núcleo (palavra, legenda, documentos). Esta informação estará também disponível no formato de *flyer*, porém, incentivar-se-á a utilização do método digital de acesso a esta informação, por uma questão de sustentabilidade. Existirá ainda um *QR code* junto ao último elemento exposto, que dará acesso a um questionário, elaborado no sentido de compreender a visão do

público relativamente ao tema retratado, bem como o impacto do projeto no mesmo. As respostas servirão como uma ferramenta que possibilitará também o estudo do significado contemporâneo das palavras e expressões selecionadas, permitindo um estudo da sua evolução até aos dias de hoje. Estas serão posteriormente facultadas ao CD25A e poderão ser incorporadas noutras atividades culturais, juntamente com outros elementos da exposição.

As questões presentes no inquérito serão as seguintes:

1. Por favor, indique a sua idade.
2. Indique o género com que se identifica.
3. Após ter visitado a exposição “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” mudou a sua perspetiva quanto aos acontecimentos do 25 de Abril de 1974?
4. Após ter visitado a exposição “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” mudou a sua perspetiva quanto ao cenário político, social e económico atual do país e do mundo?
5. O que é para si a palavra “Liberdade”?
6. O que entende pela palavra “Fascismo”?
7. Qual a sua visão do direito ao voto?
8. Indique para si o que representa a Mulher no cenário atual português.
9. Acha importante e oportuno perpetuar a memória do significado destas expressões no pré-25 de Abril e no período de tempo imediatamente a seguir ao mesmo?
10. Qual a sua opinião global sobre a pertinência desta exposição?

A questão final será uma ferramenta a ser utilizada na Avaliação de Impacto a elaborar após a realização da exibição.

“O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” foi planeado no sentido de ser adaptado a vários formatos, dimensões e suportes. Este pode ser realizado de um modo tradicional, apenas com os elementos descritos expostos ou apenas no meio digital, com a exposição disponível no website do Centro. Porém, o plano pode ser executado numa maior escala, através de colaborações com as áreas de design, arquitetura e audiovisual, com a elaboração de novos elementos como painéis ou trechos audiovisuais, por exemplo. Estes novos componentes, seriam criados com o intuito de voltarem a ser reutilizados, pois tal como foi anteriormente mencionado, cada exposição realizada através do Centro de Documentação deve ter, pelo menos uma parte, reaproveitável, para que a exposição possa voltar a ser realizada, quer integral ou parcialmente, em diferentes locais ou integrada em diferentes atividades culturais. A necessidade de criar um produto final sustentável é, por isso, mais uma vez realçada. O plano pode ser executado também apenas de forma parcial.

Foi também importante definir o público-alvo: estudantes (do 3º ciclo ao ensino superior), docentes e investigadores da Universidade de Coimbra, curiosos e interessados. E ainda a possível duração da exposição, que pode durar de uma a duas semanas.

Como último passo para a construção do projeto, foi criado o Plano de Exposição, anteriormente mencionado, um documento explicativo da atividade, que identifica os motivos que levaram à sua criação, os objetivos que se pretendem alcançar com a sua execução e que contém todos os elementos descritivos necessário para que seja possível conceber esta exposição e para que se possa posteriormente estudar o seu impacto, já descritos ao longo deste capítulo. Está também presente a Análise *SWOT*⁹⁰ que se segue.

Análise *SWOT*

| Forças | Fraquezas |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Utilização de documentos variados com afiliações políticas e ideológicas diversas. 2. Potencial de itinerância da exposição. 3. Vertente digital da exposição. 4. Exposição acessível a vários tipos de público. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Orçamento reduzido. 2. Ocupação de espaço cedido pela Universidade de Coimbra. |
| Oportunidades | Ameaças |

⁹⁰ Análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. Do inglês: Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats – SWOT.

| | |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Realçar a importância do 25 de Abril de 1974 na História Portuguesa.2. Realçar a importância da memória histórica e política na evolução constante do país e do mundo.3. Promover o pensamento crítico na análise dos acontecimentos políticos do passado e no cenário presente.4. Atividade com potencial para ser inserida nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. | <ol style="list-style-type: none">1. Falta de interesse e participação por parte do corpo estudantil da Universidade de Coimbra.2. Impossibilidade de realizar a exposição física por falta de orçamento. |
|---|--|

O Plano de Comunicação realizado passa por vários pontos, de forma a atrair o público-alvo. A nível digital, o Centro de Documentação 25 de Abril partilhará a informação relativa à exposição nas suas redes sociais, já a nível físico a comunicação passará pela distribuição de *flyers* e pela distribuição de cartazes pela cidade de Coimbra, maioritariamente pelos edifícios da Universidade.

O Plano de Avaliação de Impacto da exposição pretende avaliar a execução do evento, fazendo um balanço dos pontos positivos e negativos que ocorreram durante a mesma. Para tal serão inicialmente recolhidos vários dados como: número de visitantes global, faixas etárias dos visitantes e número de respostas ao questionário. Serão considerados os comentários deixados na última questão do questionário (“Qual a sua opinião global sobre a pertinência desta exposição?”) e por último será pedido um parecer ao Centro de Documentação 25 de Abril. Com estes dados, será feito um curto relatório que irá avaliar o impacto e taxa de sucesso da exposição.

Este documento foi entregue ao Centro de Documentação 25 de Abril, revisto e aprovado pela Diretora de Exposições, Dra. Natércia Coimbra.

Foi ainda realizada uma apresentação do plano, para a realização de eventuais *pitches*, na possível concretização da exposição projetada (ver Anexo IV, p.66). Nesta pequena mostra está incluída uma breve descrição do propósito e processo de criação de “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril”, da sua abordagem à temática da Revolução dos Cravos e dos principais objetivos a alcançar através da sua realização. É discutido ainda o público-alvo, bem como a sua estrutura lógica e física. Posteriormente, são apresentadas as diversas legendas e palavras, com algumas imagens dos documentos a utilizar.

A exposição não foi ainda realizada, porém a sua execução está prevista para abril de 2024, tendo sido iniciadas conversas preliminares sobre uma eventual colaboração com o Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra, aquando da celebração anual da Revolução dos Cravos, que comemorará o seu

50º aniversário, data de grande relevância. O projeto visa ser realizado num espaço cedido pela Universidade de Coimbra, no entanto, tal como foi mencionado anteriormente, existe a possibilidade da exposição, no seu total ou apenas em parte, ser colocada em itinerância pelo CD25A.

5.2 – A Missão da Exposição

A criação da exposição foi inicialmente pensada como um veículo de estudo da programação cultural e da construção de uma atividade que explora o património presente no espólio do Centro de Documentação 25 de Abril. Porém, a natureza do tema retratado levou a que existisse um estudo mais aprofundado sobre a relação entre o património que retrata memórias de passados políticos traumáticos e o seu uso no ramo da programação cultural, bem como o seu impacto na comunidade que partilha este passado. Assim, a elaboração deste projeto contribuiu para o estudo da composição de uma atividade cultural, bem como do impacto que esta pode vir a ter em todas as entidades envolvidas e, principalmente, no público.

Conforme discutido no Capítulo 2, a programação cultural tem o poder de reinterpretar criticamente os acontecimentos passados, mantendo vivas as memórias de certa comunidade com base em valores amplamente reconhecidos pela sociedade, por isso, esta deve ser utilizada para que o público e as diferentes gerações, principalmente aquelas que não experienciaram estes eventos históricos em primeira mão, tenham acesso a esta informação, de forma segura, sem qualquer tipo de manipulação. Cabe às instituições que lidam com o património divulgá-lo da forma mais correta a nível ético, para que a comunidade possa adquirir o conhecimento histórico necessário para aprender sobre o seu passado e, com base neste, decidir o seu futuro.

A programação cultural, que toca em temas políticos e eventos traumáticos, tem o dever de auxiliar o seu público na criação de princípios éticos. As instituições que constroem as atividades com este espólio devem, por isso, elaborar projetos que explorem estes objetos em busca da verdade sobre o passado e sem qualquer tipo de tentativa de doutrinação, encorajando sempre o pensamento crítico e o debate relativo ao assunto retratado. A programação cultural, deve basear-se na memória coletiva e, tal como mencionado anteriormente, um país democrático deve compreender o seu passado, sem o adulterar ou censurar, reconhecendo as vítimas dos acontecimentos e os atos cruéis cometidos no país ou região. A programação cultural tem como função não deixar que o passado caia no esquecimento ou que os erros cometidos anteriormente aconteçam de novo, ou seja, esta é uma ferramenta importante para a preservação e manutenção da democracia.

A exposição “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” foi criada com base nos princípios acima discutidos, com o intuito de divulgar informação sobre o 25 de Abril, procura

reinterpretar o passado de forma crítica, expondo os acontecimentos e mudanças que resultaram da Revolução dos Cravos, através do uso do espólio do CD25A.

A exposição tem ainda como objetivo fomentar o pensamento crítico do público. O questionário é uma das ferramentas que pretende provocar nos visitantes um momento de reflexão, porém toda a atividade pretende fazê-lo.

A construção do projeto foi também impulsionada pelos fatores explorados no subcapítulo “O cenário político atual”, presente no Capítulo 3. Uma vez que tanto a nível nacional, como mundial, são vários os recentes ataques à democracia. A exposição pretende não só contribuir para o pensamento, problematização e proteção da democracia, mas também relembrar a necessidade desta e as consequências da sua perda.

Aquando da realização do plano expositivo, foi definido como objetivo geral a compreensão da transformação no vocabulário da população portuguesa que surgiu com o 25 de Abril de 1974. Já de forma mais concreta foram concebidos os objetivos específicos onde se pretende reconhecer a mudança a nível político, social e económico que se fez sentir após a Revolução; reconhecer a importância da liberdade e democracia; compreender a importância de relembrar os acontecimentos do Estado Novo e as conquistas do 25 de Abril no tempo presente e ainda analisar a evolução sofrida pelas palavras ou expressões escolhidas até aos dias de hoje.

A exposição pretende ainda alertar para o eventual sentimento de garantia e desvalorização perante o estado democrático e a liberdade.

Deste modo, o projeto tem como missão explorar a temática do 25 de Abril de 1974 e das memórias associadas a esta, no sentido de evocar a lembrança deste passado, dos crimes cometidos durante o período do Estado Novo, das mudanças que ocorreram com a Revolução dos Cravos e com a introdução da democracia na sociedade portuguesa, bem como a importância da existência de um estado democrático. A criação desta exposição pretende exaltar os pontos referidos no Enquadramento Teórico, ao mostrar a importância da programação cultural no cenário social, político e económico de um país ou região, ao dar às comunidades acesso ao seu passado e às suas memórias materializadas, de forma ética. Este projeto expositivo teve como principal objetivo ser uma atividade de carácter democrático e que promovesse a liberdade.

Capítulo 6 – Conclusão

Ao longo deste relatório, foi estudado o trabalho realizado durante o estágio de seis meses no Centro de Documentação 25 de Abril, o projeto expositivo “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” e a base teórica e contextual necessária para que fosse possível construí-lo.

O CD25A, enquanto instituição de acolhimento, permitiu uma aprendizagem contínua em diversos parâmetros do manuseamento do património cultural. Foi possível compreender os diferentes procedimentos a cumprir para que um objeto seja integrado no espólio de uma organização, as diferentes funções que um centro de documentação pode ter enquanto tutelar de património e as várias formas como os documentos podem ser utilizados de forma a que possa existir uma divulgação pertinente de informação e conhecimento, tanto através da programação cultural dinamizada pelo próprio Centro, como através de empréstimos a outras instituições.

Não se cingindo apenas às suas funções de arquivo, o Centro de Documentação 25 de Abril procura conectar-se com a comunidade que o envolve através da criação de exposições que, muitas vezes, acabam por ficar em itinerância, percorrendo vários pontos do país e até do mundo. Assim, as competências desenvolvidas através do estudo do seu funcionamento mostraram-se essenciais para que fosse possível construir o projeto expositivo proposto. Ao seguir os princípios do CD25A, relativos à difusão de informação credível de forma ética, a exposição pretende também, expor os acontecimentos do passado em busca da “verdade”, partilhando a transformação que ocorreu a nível social, político e económico com a Revolução dos Cravos. Provocando, assim, o pensamento crítico naqueles que visitam a exposição.

A observação de diversas atividades de divulgação de património realizadas pelo CD25A, em diversos suportes, permitiu a compreensão dos parâmetros a cumprir na realização de um projeto expositivo. É essencial entender o seu processo de montagem, desde o estudo relativo à temática abordada, até ao planeamento da estrutura lógica e física da exposição. O Centro, enquanto instituição de acolhimento, bem como toda a sua equipa, prontificou-se a criar as condições de aprendizagem necessárias para que fosse possível realizar este trabalho de forma autónoma.

“O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril”, pretende analisar o vocabulário adotado pela população portuguesa em 1974, porém, é um projeto que pretende acima de tudo sublinhar a importância da liberdade e da democracia. O estudo feito ao longo deste relatório, que analisou as inter-relações das noções de memória, património cultural, programação cultural e democracia, provou a relevância da elaboração de uma atividade cultural do género.

A partir da contextualização teórica feita, é possível concluir que a memória coletiva é constituída pelos elementos que uma comunidade entende como sendo constituintes da sua identidade e, por isso, que pretende relembrar. O património cultural é um testemunho físico da memória que se pretende

preservar, partindo daqui a possibilidade de transmitir este conhecimento de geração em geração, uma vez que a existência deste torna os eventos passados inteligíveis. Para que fosse possível compreender melhor esta ligação entre memória e património, foi necessário também compreender o conceito da lembrança e do esquecimento, sustentando o porquê de ambos os fenómenos acontecerem e como o esquecimento pode ser utilizado no sentido de controlar a percepção do público de certo acontecimento.

O ato de relembrar as memórias mostrou-se, assim, bastante relevante para o tempo presente também, visto que é com base no passado que podem ser tomadas decisões informadas e fundamentadas. E, visto que o património cultural é uma demonstração da memória, este pode ser utilizado, através da programação cultural, para preservar o passado e os acontecimentos relevantes.

A partir desta análise pode assim concluir-se que, a programação cultural e, por isso, o património, podem tanto ser influenciados ou influenciar uma comunidade a nível social, político e até mesmo económico. As memórias podem ser utilizadas de modo a difundir determinada ideia, porém, tal como foi discutido ao longo deste relatório, o património cultural deve ser exposto de uma forma democrática, ou seja, sem qualquer tipo de manipulação.

Através da análise da Revolução dos Cravos e do que levou ao seu acontecimento, bem como de outros regimes extremistas de diferentes regiões, foi possível compreender que a transparência por parte das instituições responsáveis pela programação cultural do património relacionado com estes eventos, relativamente aos crimes cometidos contra a humanidade e às suas vítimas, permite que a população possa compreender a necessidade de proteção da democracia perante quaisquer eventuais ameaças.

O 25 de Abril de 1974 é, por isso, uma data que deve ser celebrada e lembrada de forma constante. Com o estudo realizado neste relatório, pôde concluir-se que a comemoração da Revolução dos Cravos é essencial para preservar a sua memória, tornando-a presente na vida das diferentes gerações da população portuguesa, através da criação de celebrações e do constante debate sobre a temática, algo que pode ser conseguido através da programação cultural.

É ainda de mencionar a importância da análise realizada ao cenário político atual, que exaltou ainda mais a necessidade de assinalar esta data e de relembrar, de forma constante, o Portugal não-democrático e as mudanças sociais, económicas e políticas que se deram depois da Revolução dos Cravos. Esta informação deve ser perpetuada na população, para que, a partir do pensamento crítico, possam ser tomadas as melhores decisões, no tempo presente e no futuro.

Os diversos pontos referidos e dissecados ao longo deste relatório de estágio contribuíram para a compreensão da necessidade da criação de uma exposição como “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril”. O projeto pretende expor, através do património cultural, uma reflexão do Portugal do Estado Novo e do Portugal recém democrático, patenteando, de forma factual, o contraste entre

ambos, de modo a que o público possa compreender o passado do país, adquirindo conhecimentos que serão úteis em decisões futuras.

A Revolução dos Cravos faz parte da identidade dos portugueses e a sua memória deve continuar a ser cultivada, para que tanto de forma direta, como indireta, se possa salvaguardar a democracia em Portugal. O debate sobre este acontecimento deve ser, assim, permanente.

Através das aprendizagens feitas no decorrer do estágio e do estudo teórico realizado, foi possível criar um projeto com potencial para criar impacto na proteção da lembrança do 25 de Abril e que promove uma reflexão sobre o passado e, ainda, sobre o presente.

Conclui-se, deste modo, que o trabalho desenvolvido ao longo dos 6 meses de estágio curricular realizado no Centro de Documentação 25 de Abril, se mostrou essencial para a aquisição de competências no campo da programação cultural, através do manuseamento dos documentos e da montagem lógica da exposição, mas também na compreensão do poder e impacto que a programação pode causar numa comunidade.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

- Agência Lusa, Diário de Notícias. (2023, Abril 23). Parlamento assinala 49º aniversário da Revolução dos Cravos. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/politica/parlamento-assinala-49-aniversario-da-revolucao-dos-cravos-apos-receber-lula-16229763.html>
- Agência Lusa. (2022, Abril 02). UNESCO diz que pelo menos 53 monumentos e sítios foram destruídos ou danificados na Ucrânia. *Observador*. <https://observador.pt/2022/04/02/unesco-diz-que-pelo-menos-53-monumentos-e-sitios-foram-destruidos-ou-danificados-na-ucrania/>
- Apaydin, V. (2020). The interlinkage of cultural memory, heritage and discourses of construction, transformation and destruction. In V. Apaydin (Ed.), *Critical Perspectives on Cultural Memory and Heritage: Construction, Transformation and Destruction* (pp. 13–30). UCL Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv13xpsfp.7>
- Bebiano, R. (2002). A esquerda e a oposição à guerra colonial. *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção. Actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial*. Editorial Notícias – Universidade Aberta (pp. 293–313).
- Boese, V. A. (2019). How (not) to measure democracy. *International Area Studies Review*, 22(2). (pp. 95–127.) <https://doi.org/10.1177/2233865918815571>
- Brothman, B. (2001). The Past That Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records. *Archivaria*, 51. (pp.48–80). <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12794>
- Cabral, M. V. (2004). O 25 de Abril em retrospectiva. *Le Monde Diplomatique*. (pp. 2-4).
- Campos, Y. (2022). Cultural Heritage and the Crisis of Democracy. In D. Turcanu-Carutiu (Ed.), *Heritage: New Paradigm*. (1st ed., pp. 3–14). IntechOpen.
- Carmona, R. (2021, Outubro 10). Foi há 76 anos – A PIDE. *Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche*. <https://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2021/10/A-PIDE.pdf>
- Chagas, M. (2022). Memória e Poder: Dois Movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19(19). (pp. 43–81) <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>
- Correia, M. B. (2010). A UNESCO e o ICOMOS. In M. Soromenho & M. Cortesão (Eds.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. (pp. 245–247). Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- Correia, M. B. (2010). Convenções e recomendações internacionais. In M. Soromenho & M. Cortesão (Eds.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. (pp. 243–245). Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

- Cruzeiro, M. M. (2014). O 25 DE ABRIL DE 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória. *Revista Lusófona De Estudos Culturais*, 2(1). (pp. 25–34). <https://doi.org/10.21814/rlec.53>
- Direção Geral do Património Cultural. *Missão*. <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/missao/>
- Farrokhnia, M., Zarei, M. (2013). Integrated access to cultural heritage information pieces in Iran over Imam Reza's 4th Zarih (burial chamber) as a sample. *Program electronic library and information systems*, 47(3). (pp. 304–319) 10.1108/PROG-06-2012-0029
- Feary, S., Brown, S., Marshall, D., Lilley, I., McKinnon, R., Verschuuren, B., & Wild, R. (2015). EARTH'S CULTURAL HERITAGE. In S. Feary, G. L. Worboys, M. Lockwood, A. Kothari, & I. Pulsford (Eds.), *Protected Area Governance and Management* (pp. 81–116). ANU Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1657v5d.11>
- Ferreira, L. P., Cruz, P. (2023, Abril 21). “O Chega tem uma margem de crescimento significativa. É um partido que pode chegar aos 15%, 20%”. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/politica/o-chega-tem-uma-margem-de-crescimento-significativa-e-um-partido-que-pode-chegar-aos-15-20-16216268.html>
- Fruet, A. F. (2021). *Estratégias Discursivas e Produção de Sentido na Comunicação Política de Jair Bolsonaro na Rede Social Twitter Durante a Campanha Eleitoral de 2018*. [Universidade Federal de Santa Maria]. Manancial – Repositório Digital da UFSM <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/24821>
- Gama, M. (2009) *Da censura à autocensura no Estado Novo*. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/28548>
- Hepworth, A. (2019). From Survivor to Fourth-Generation Memory: Literal and Discursive Sites of Memory in Post-dictatorship Germany and Spain. *Journal of Contemporary History*, 54(1). (pp. 139–162.) <https://doi.org/10.1177/0022009417694429>
- ICOM (International Council of Museums). (2009). *Código Deontológico do ICOM para Museus*. <https://redemuseuscolecoesvisitaveisacores.pt/wp-content/uploads/2018/12/codigoicom-pt-2009.pdf>
- Lousada, A. P., Oliveira, H. N. (2021) António de Oliveira Salazar. *Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Início da Guerra de África 1961-1965*. Ano I, nº 1. <https://doi.org/10.56092/LUOY4568>
- Machado, D. (2021, Novembro 28). “Deus, Pátria e Família”: a frase do Estado Novo repetida no congresso do Chega. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/nacional/deus-patria-e-familia-a-frase-do-estado-novo-repetida-no-congresso-do-chega-14361074.html>
- Marques, J. (2009). Frei Luís de Montóia e Diogo de Castilho na construção do Colégio da Graça de Coimbra segundo o “Libro das obras del Collegio”. *Revista da Faculdade de Letras*. (pp. 231–278) <http://hdl.handle.net/10216/56849>

- Misztal, B. A. (2005). Memory and Democracy. *American Behavioral Scientist*, 48(10), (pp. 1320–1338). <https://doi.org/10.1177/0002764205277011>
- Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. *Sobre o Museu*. <https://www.museudoaljube.pt/sobre-o-museu/>
- Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche. *Missão*. <https://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/pt/missao/>
- Nunes, J. P. A. (2013) António de Oliveira Salazar: um esboço de biografia política. *Ipsis Verbis*, 6(1). (pp.1–7) <http://hdl.handle.net/10316/46436>
- Oliveira, L., & Baião, J. (2015). Exposições como património. Preservar e divulgar a memória expositiva da Fundação Calouste Gulbenkian. *Revista Memória em Rede*, 7(13). (pp. 192–206) <https://doi.org/10.15210/RMR.V7I13.6316>
- Partido Ergue-te. (2023, Abril 26) *Até que a voz nos doa: Morte ao 25 de Abril!*. <https://www.partidoergue-te.pt/2023/04/ate-que-a-voz-nos-doa-morte-ao-25-de-abril/>
- Reading, A. (2011). Identity, memory and cosmopolitanism: The otherness of the past and a right to memory?. *European Journal of Cultural Studies*, 14(4). (pp. 379–394.) <https://doi.org/10.1177/1367549411411607>
- Reis, A. (1991). *Portugal Contemporâneo: Ascensão e consolidação do Estado Novo, A ordem económica e social entre o desenvolvimento e a estagnação, Controlo ideológico e resistência cultural, Sob a égide dos valores conservadores*, vol.4. (1ª ed.). Publicações Alfa, S. A. p.7
- Reis, A., Rezola, M. I., Santos, P. B. (2017). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril – 3º Volume*. (1ª ed.). Figueirinhas.
- Ribeiro, J. A. (2019, Setembro 10). Sobre a proposta da nova definição de Museu. *ICOM Portugal*. <https://icom-portugal.org/2019/09/10/sobre-a-proposta-da-nova-definicao-de-museu/>
- Rodrigues, D. (2018). Património cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. *Letras Escreve*, 7(4). (pp.337–361) 10.18468/letras.2017v7n4.p337-361
- Rodrigues, P. S. (2010). O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910). In M. Soromenho & M. Cortesão (Eds.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. (pp. 19–30). Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- Rosas, F., Brito, J. M. B. (direção) (1996) *Dicionário de História do Estado Novo, vol.I*. (1ª ed.). Círculo de Editores.
- RTP. (2022, Janeiro 31). *Chega passou de sétima para terceira força política*. RTP Notícias. https://www.rtp.pt/noticias/politica/chega-passou-de-setima-para-terceira-forca-politica_v1381032

- Santana, M. (2021). A Direita Radical Populista em Portugal. *Observatório Político*. (102). (pp. 1–17) www.observatoriopolitico.pt
- Serrão, V. M. B. (2018) *O Ensino durante o Estado Novo em Portugal: O papel do professor*. [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa. <http://hdl.handle.net/10451/36386>
- Silva, M. G. (2020). Ditadura, História e Esquecimento do Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 1(1). (pp.49-54) <https://doi.org/10.5281/zenodo.3834933>
- Sítio Oficial de Informação da Presidência da República Portuguesa. (2022, Abril 25). *Sessão Solene Comemorativa do 48º aniversário do 25 de Abril*. <https://www.presidencia.pt/atuabilidade/toda-a-atuabilidade/2022/04/sessao-solene-comemorativa-do-48-o-aniversario-do-25-de-abril/>
- Sodaro, A. (2018). Memorial Museums: Promises and Limits. *Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past violence*. (pp.162–184) Rutgers University Press <https://doi.org/10.36019/9780813592176-009>
- Soutelo, L. (2014). A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do revisionismo histórico. *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)*. (pp.114–127). Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). <http://hdl.handle.net/10362/15082>
- Tavares, Emília. (2022). Património Fotográfico: Entre o Arquivo e o Museu – Um Caso de Ação e de Estudo, o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's. *Arquivo histórico da Madeira, Nova Série, Nº4*. (pp.453–463) <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/76>
- UNESCO Institute for Statistics. (2009). *Cultural heritage: Definition*. <https://uis.unesco.org/en/glossary-term/cultural-heritage>
- Universidade de Coimbra. *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia: Colégio da Graça*. <https://www.uc.pt/ruas/inventory/mainbuildings/graca>
- Vecco, M. (2010). A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible. *Journal of Cultural Heritage*, 11(3). (pp.321–324). <https://doi.org/10.1016/j.culher.2010.01.006>
- Verdini, G., Evans, H., Demgenski, P., Zhang, L. S. (2021). Heritage and Memory. In Kehoe, S., & Wielander, G. (Eds.), *Cultural China 2020: The Contemporary China Centre Review*. (pp. 85–102). University of Westminster Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctv26qjjj2.8>
- Viscardi, J. M. (2020). *Fake News, Verdade e Mentira sob a Ótica de Jair Bolsonaro no Twitter*. [Universidade Estadual de Campinas]. SciELO - Brasil (pp. 1134–1157) <https://doi.org/10.1590/01031813715891620200520>
- Yad Vashem. *Vision and Mission of Yad Vashem*. <https://www.yadvashem.org/about/mission-statement.html>

Yad Vashem. *What is Yad Vashem*. . <https://www.yadvashem.org/about/yad-vashem.html>

Zorzin, N. (2020). Alternating cycles of the politics of forgetting and remembering the past in Taiwan. In V. Apaydin (Ed.), *Critical Perspectives on Cultural Memory and Heritage: Construction, Transformation and Destruction* (pp. 269–288). UCL Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv13xpsfp.22>

ANEXOS

Anexo I – Tabela 1

Número de documentos selecionados na primeira fase:

| | |
|---|------------|
| Nº de Cartazes selecionados | 53 |
| Nº de Morais selecionados | 43 |
| Nº de Autocolantes selecionados | 67 |
| TOTAL de documentos selecionados | 163 |

Anexo II – Tabela 2

Lista de palavras selecionadas na primeira fase:

| Palavra | Nº de vezes utilizada nos Cartazes | Nº de vezes utilizada nos Morais | Nº de vezes utilizada nos Autocolantes | Nº de vezes utilizada no TOTAL |
|--------------------|------------------------------------|----------------------------------|--|--------------------------------|
| 25 de Abril/ Abril | 2 | 5 | 1 | 8 |
| Amnistia | 1 | — | — | 1 |
| Boato | 2 | — | — | 2 |
| Censura | 1 | — | — | 1 |
| Constituição | 3 | 7 | 2 | 12 |
| Cultura | 2 | — | 6 | 8 |
| Democracia | 2 | 5 | 1 | 8 |
| Ditadura | 1 | — | — | 1 |
| Educação | 2 | 2 | 12 | 16 |
| Eleições | 2 | 1 | 2 | 5 |
| Fascismo | 8 | 3 | 2 | 13 |
| Feminismo | 1 | — | — | 1 |

| | | | | |
|-----------------|----|---|---|----|
| Greve | — | 2 | — | 2 |
| Habitação | — | 1 | — | 1 |
| Igualdade | 1 | — | — | 1 |
| Independência | 5 | 1 | 1 | 7 |
| Liberdade | 8 | 4 | 6 | 18 |
| Manifestação | 6 | — | 2 | 8 |
| Mulher | 3 | 8 | 6 | 17 |
| Pão | 1 | 3 | — | 4 |
| Paz | 2 | 3 | 5 | 10 |
| Pide | 1 | — | — | 1 |
| Povo | 11 | 3 | 8 | 22 |
| Progresso | 2 | — | — | 2 |
| Reforma Agrária | 2 | 7 | 7 | 16 |
| Repressão | 1 | — | 1 | 2 |
| Revolução | 1 | 1 | 2 | 4 |

| | | | | |
|----------------------------|---|---|---|---|
| Sindicalismo | 2 | — | 6 | 8 |
| Várias | 4 | — | 2 | 6 |
| Voto | 2 | 4 | 2 | 8 |
| Cooperativas | — | — | 6 | 6 |
| Liberdade de Informação | — | — | 1 | 1 |
| Aborto | — | — | 1 | 1 |
| Luta | — | — | 2 | 2 |
| Presos Políticos | — | — | 4 | 4 |
| Solidariedade | — | — | 1 | 1 |
| Libertação | — | — | 1 | 1 |
| Imperialismo | — | — | 1 | 1 |

Anexo III – Legendas da Exposição

Introdução

“O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” é uma exposição que tem como objetivo ilustrar o vocabulário utilizado pela população portuguesa após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

O que aconteceu? A Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) acabou com a ditadura mantida pelo Estado Novo, durante 48 anos. Esta assentava em valores conservadores e nacionalistas, com uma forte ligação à igreja católica. Os meios de comunicação e a cultura eram frequentemente censurados e a população era fortemente doutrinada a seguir os princípios defendidos pelo estado, sob ameaça constante por parte da PIDE, polícia política, que era responsável pela imposição dos valores defendidos pelo estado e por prender, perseguir e torturar aqueles que lhes desobedecessem ou que discordassem com o regime.

No dia 25 de Abril de 1974, ocorreu a revolução que devolveu a liberdade de expressão à população portuguesa. A preocupação com a mudança e modernização do país era grande, bem como a necessidade de assegurar direitos que, durante décadas, foram negados.

Assim, várias noções, expressões e palavras, que traduziam esta luta por um país justo, começaram a ser utilizadas pela população.

Nesta exposição exploram-se partes deste léxico, selecionado através do estudo do espólio do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, com documentos como autocolantes, cartazes e murais, suportes de informação popularizados no pós-25 de Abril. É também de ter em atenção quais as palavras e expressões em falta, que estão presentes através da sua ausência propositada.

Boato

O boato existe desde sempre e é raramente desprovido de consequências. No pós-25 de Abril, foram vários os boatos que se fizeram circular pela população.

Depois da Revolução dos Cravos, Portugal entrou num novo capítulo histórico, caracterizado pelo fim de um sistema opressor e pela conquista da liberdade. No entanto, os primeiros anos de democracia foram marcados por incerteza política e social.

Os boatos surgidos depois da revolução aumentaram e alimentaram as incertezas e os medos de um povo que temia regressar a uma ditadura. A tentativa de golpe de estado que se deu no dia 11 de Março de 1975 foi bastante alimentada por boatos sobre um possível acontecimento violento, que se veio a provar ser falso. Os boatos provocaram grande tensão entre a população, tendo sido criado a 12 de março de 1975 o Centro Contra o Boato, que procurava esclarecer e elucidar o povo português sobre a veracidade dos rumores que se faziam ouvir por todo o país.

Consequentemente, o apelo ao fim da propagação de boatos é grande no período de tempo que segue o 25 de Abril de 1974. Pois estes podiam facilmente levar a que o país perdesse a liberdade recente que havia conquistado. (*Anatomia de um golpe de Estado fracassado: 11 de março de 1975*, 2016, Ricardo Noronha) (*As jornadas de Março segundo a Imprensa Costa Gomes dá posse ao Conselho da Revolução (20/3/75)*, Centro de Documentação 25 de Abril)

Versão curta:

O boato existe desde sempre e é raramente desprovido de consequências. No pós-25 de Abril, foram vários os boatos que se fizeram circular pela população. Os primeiros anos de democracia foram marcados por incerteza política e social, os boatos criados depois da revolução aumentaram e alimentaram as incertezas e os medos de um povo que temia regressar a uma ditadura. Consequentemente, o apelo ao fim da propagação de boatos é grande no período de tempo que segue o 25 de Abril de 1974.

Constituição

Após o 25 de Abril, o governo foi de imediato dissolvido. Depois da Revolução, o país passou por momentos de tensão a nível político e social, com uma democracia ainda bastante fragilizada.

Foi eleita, após um ano, uma Assembleia Nacional Constituinte (primeiras eleições livres). A população revelou grande pluralidade política nestas eleições, o que levou a que fossem elaboradas várias propostas da Constituição, por cada um dos partidos. Foi em 1976 que a Constituição da República Portuguesa, que ainda hoje se encontra em vigor, foi aprovada.

A Constituição de 1976 foi a mais complexa constituição portuguesa, que tinha como principal objetivo a defesa e proteção da democracia. A Constituição procura delimitar a distribuição de poderes, implementar a igualdade e assegurar os direitos fundamentais.

A sociedade sentiu o dever de proteger a Constituição, que garantia os seus direitos e a sua liberdade. A Constituição de 1976 assegurava a impossibilidade de regressar a um regime opressor. (*Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril, vol.2*, (2017), António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos, p.307-309)

Versão curta:

Depois da Revolução, o país passou por momentos de tensão a nível político e social. Foi em 1976 que a Constituição da República Portuguesa, que ainda hoje se encontra em vigor, foi aprovada. A população sentiu um dever de proteção para com a Constituição, que assegurava os seus direitos, a sua liberdade e a impossibilidade de regressar a um regime opressor.

Cooperativas

As Cooperativas em Portugal são anteriores ao Salazarismo, no entanto, durante os 48 anos em que o regime governou o país, estas viveram sob constante ameaça. As cooperativas baseiam-se maioritariamente em ideais democráticos, entrando em conflito direto com o que o regime Salazarista defendia.

Com a Revolução do 25 de Abril o movimento cooperativo voltou a ganhar força. O número de cooperativas aumentou para o triplo e algumas das que se tinham dissolvido, voltaram ao ativo. Tanto as cooperativas que surgiram no pós-25 de abril, como aquelas que antecederam ao acontecimento requereram um ajuste aos ideais democráticos recém-adquiridos pelo país.

A população apoiou a existência das cooperativas, pois tal como outros movimentos sociais, também o movimento cooperativo visava encontrar soluções para problemas da comunidade. (*Dicionário de História do Estado Novo, vol. I, (1996), Rosas, Fernando; Brito, J. M. Brandão de, p.212-214*)

Versão curta:

As Cooperativas em Portugal são anteriores ao Salazarismo, no entanto, estas viveram sob constante ameaça do regime, pois baseiam-se maioritariamente em ideias democráticas. Com a Revolução do 25 de Abril o movimento cooperativo voltou a ganhar força. O movimento corporativo visava encontrar soluções para problemas da comunidade, daí o apoio que surgiu por parte da sociedade portuguesa.

Cultura

A cultura foi utilizada pela população portuguesa durante as décadas do Estado Novo, para exprimir o desagrado perante o regime. Porém, este protesto artístico encontrava-se sempre camuflado, para que não houvesse censura por parte das autoridades. Estas mensagens de desagrado estavam presentes, por exemplo, na música. Arte que foi utilizada como senha para dar início à Revolução dos Cravos.

Com o 25 de Abril, a censura deixou de existir e a liberdade de expressão fez-se sentir na cultura. Na Constituição de 1976, o direito à partilha de ideias e opiniões é explícito. Com a revolução surgiram novos e diferentes estilos artísticos nas áreas da literatura, música, cinema, artes plásticas e teatro. A cultura auxiliou os portugueses a expressar a liberdade. (*Portugal Contemporâneo, vol.6, (1992), Direção de António Reis, p.271-362*)

Versão curta:

A cultura foi utilizada pela população portuguesa durante as décadas do Estado Novo, para exprimir indireta e secretamente o desagrado perante o regime. Com o 25 de Abril, a liberdade de expressão fez-se sentir na cultura.

Educação

Durante o Estado Novo, a educação escolar centrava-se essencialmente nos valores cristãos e programas simplistas aprovados pelo Estado, de forma a não suscitar pensamento crítico e a perpetuar os ideais do Salazarismo.

Após o 25 de Abril de 1974, o sistema educativo sofreu grandes alterações, tanto a nível administrativo, como a nível pedagógico. A doutrina conservadora de apelo aos ideais do Estado Novo, que fazia parte do seu sistema educativo, foi de imediato abolida, criando uma abertura para o debate e a liberdade do pensamento.

Com a Constituição da República Portuguesa de 1976, os valores democráticos na educação foram mais consolidados. (*Portugal Contemporâneo, vol.6, (1992),* Direção de António Reis, 281-285) (*Dicionário de História do Estado Novo, vol.I, (1996),* direção de Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, p.303-305)

Versão curta:

Durante o Estado Novo, a educação escolar centrava-se essencialmente nos valores cristãos e programas simplistas aprovados pelo Estado. Após o 25 de Abril de 1974, o sistema educativo sofreu grandes alterações criando uma abertura para o debate e a liberdade do pensamento. Com a Constituição da República Portuguesa de 1976, os valores democráticos na educação foram consolidados.

Eleições

Apesar da falta de liberdade, no período de ditadura continuaram a ser realizadas eleições, porém estas eram extremamente condicionadas e fraudulentas. Durante o Estado Novo, os partidos políticos de oposição eram ilegais, tendo apenas acesso a uma legalidade temporária, 30 dias antes do dia em que decorreriam as eleições. A campanha eleitoral destes partidos era também totalmente controlada e censurada.

Apenas uma pequena parte da população tinha direito ao voto, para além disto tanto os membros responsáveis pelas mesas de voto, como os boletins de voto eram suscetíveis de ser manipulados pelo governo.

Assim, apesar de existirem eleições durante a ditadura, estas foram infundavelmente manipuladas, para que a oposição não tivesse qualquer hipótese de vitória.

Logo após a Revolução dos Cravos, ficou definida, pelo MFA (Movimento das Forças Armadas), a Lei nº3/74, que reivindica o direito da realização de eleições livres no país. Para além desta lei, o primeiro Governo Provisório organizou uma comissão eleitoral que definiu outras leis de forma a que houvesse uma melhor regulamentação do ato eleitoral. Focando-se no direito de voto para todos aqueles com mais de 18 anos e na liberdade partidária. É também de sublinhar o expressivo número de partidos políticos que surgiu depois do 25 de Abril de 1974.

A existência de eleições imparciais e livres é necessária para o bom funcionamento de um estado democrático. A mudança que ocorreu nas eleições portuguesas com o 25 de Abril é o reflexo da liberdade adquirida pelo país. (*Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril, vol.3, (2017), António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos*) (*As eleições no Estado Novo: As eleições presidenciais de 1949 e 1958, (2006), Ana Sofia Ferreira*)

Versão curta:

Apesar da falta de liberdade, no período de ditadura continuaram a ser realizadas eleições, porém estas eram extremamente condicionadas e fraudulentas. Apenas uma pequena parte da população tinha direito ao voto e o ato do voto era manipulado pelo governo.

Logo após a Revolução dos Cravos, ficou definido, pelo MFA (Movimento de Forças Armadas), o direito da realização de eleições livres no país. A mudança que ocorreu nas eleições portuguesas com o 25 de Abril é resultado da liberdade conquistada pelo país.

Fascismo

A ditadura do Estado Novo está fortemente ligada à noção de fascismo, um regime político baseado na antidemocracia e em sistemas autoritários, assente nos princípios do corporativismo.

Na década de 1930, foram vários os regimes fascistas que se instalaram por toda a Europa. Em Portugal, esta ideologia surgiu ainda na década anterior (1920). Existe ainda algum debate relativamente à natureza fascista do Estado Novo, porém a partir de 1945, o crescimento de ideais fascistas dentro do governo português era notório, cada vez mais notório.

O 25 de Abril de 1974 acabou com o autoritarismo e com o sistema antidemocrático imposto desde Estado Novo. Ou seja, acabou com a ideologia fascista que marcava o cenário político português. “Fascismo nunca mais!” é uma frase que ainda hoje é utilizada pelos portugueses, como um slogan e apoio à liberdade e democracia.

A Revolução dos Cravos não erradicou a ideologia fascista do país de forma total e eterna. As palavras “fascismo” e “neo-fascistas” nunca abandonaram o vocabulário tanto português, como mundial. Estas expressões têm vindo a crescer em popularidade ao longo das últimas décadas do século XXI, daí a

importância de relembrar o seu significado e as lutas travadas no passado para combater estes sistemas opressivos. (*Labirintos do Fascismo: Na encruzilhada da ordem e da revolta*, (2015), João Bernardo, p.13-45) (*Dicionário de História do Estado Novo, vol.I*, (1996), direção de Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, p.345-346)

Versão curta:

A ditadura do Estado Novo está fortemente ligada à noção de fascismo. O 25 de Abril de 1974 acabou com a ideologia fascista que moldava o cenário político português. “Fascismo nunca mais!” é uma frase que ainda hoje é utilizada pelos portugueses, como um slogan e apoio à liberdade e democracia.

Habitação

Durante o Estado Novo foram criadas várias políticas para combater a falta de habitações com condições mínimas. Os projetos habitacionais foram evoluindo ao longo das 4 décadas do Salazarismo, aumentando a inclusão dos grupos mais empobrecidos da população. Porém, estas políticas não foram criadas apenas para que existisse uma melhoria nas condições de vida da população, mas sim para melhor servir aos interesses do governo português e da sua imagem.

Apesar de importantes e necessárias, as medidas adotadas pelo Estado Novo não foram suficientes para combater o problema totalmente. Quando se deu a Revolução dos Cravos, o cenário continuava desfavorável.

O acesso e as condições de habitação da população portuguesa foram das grandes preocupações da sociedade do pós-25 de Abril de 1974. Visto que parte da população vivia em habitações sem condições mínimas de segurança e higiene. Durante o verão de 1974 foi criado um projeto que ajudou a combater este problema. O SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, foi criado pelo ministro da Administração Interna e pelo secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. (Projeto temático do Centro de Documentação 25 de Abril: *Processo SAAL*) (*Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974*, (2016), Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Gonçalo Antunes, José Lúcio, Nuno Pires Soares, Rui Pedro Julião)

Versão curta:

Durante o Estado Novo foram criadas várias políticas para combater a falta de habitações com condições mínimas, porém, não foram suficientes para combater o problema totalmente. Quando se deu a Revolução dos Cravos, o cenário continuava desfavorável. O acesso e as condições de habitação da população portuguesa foram das grandes preocupações da sociedade do pós-25 de Abril de 1974.

Liberdade

A palavra “Liberdade” é a palavra central do léxico do 25 de Abril de 1974, é a palavra que mais se destaca e mais se associa com o acontecimento. O Dia da Liberdade é o nome dado ao feriado que comemora anualmente a Revolução dos Cravos.

Não é uma palavra que tenha qualquer destaque durante o período do Estado Novo, pois o seu conceito não existia. Após a revolução, a população teve acesso à liberdade pela primeira vez em mais de 4 décadas. À liberdade de expressão, à liberdade de associação, à liberdade de consumo, entre outras.

A liberdade está intrinsecamente relacionada com a democracia, sendo que uma não pode existir sem a outra. A liberdade é, por isso, o tema central da revolução que trouxe a democracia de volta ao país.

Versão curta:

A palavra “Liberdade” é a palavra central do léxico do 25 de Abril de 1974, é a palavra que mais se destaca e mais se associa com o acontecimento. Não é uma palavra que tenha qualquer destaque durante o período do Estado Novo, pois o seu conceito não existia. A liberdade está intrinsecamente relacionada com a democracia, sendo que uma não pode existir sem a outra.

Manifestação

O Estado Novo proibiu desde o início greves, manifestações e outras formas de protesto. No entanto, a população continuou a manifestar-se, tendo existido várias ondas de greves e manifestações ao longo das décadas. A crise académica e as greves da classe operária nas décadas de 1960 e 1970 são acontecimentos a destacar.

As manifestações realizadas anualmente no dia 1 de Maio, desde 1890, foram proibidas ainda antes do Estado Novo. Apesar da opressão constante do governo, continuaram a ser realizadas manifestações nesta data. Sempre reprimidas pelas forças policiais.

O 25 de Abril de 1974 pode ser considerado como a manifestação que pôs fim ao regime salazarista. O direito à greve foi um dos direitos reivindicados no primeiro comunicado após a revolução. As greves e manifestações feitas foram inúmeras, porém este número subiu bastante após o 1º de maio de 1974.

As manifestações e greves feitas desde então representam a liberdade de expressão da população. (*Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril, vol.4, (2017), António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos, p.311-324*) (*Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril, vol.5, (2018), António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos, p.315-321*) (*Dicionário de História do Estado Novo, vol.1, direção de Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, p.401-404*)

Versão curta:

O Estado Novo proibiu desde o início greves, manifestações e outras formas de protesto. Apesar de terem sido várias as ondas de manifestações durante o regime, estas foram sempre duramente reprimidas pelas forças policiais.

O direito à greve foi um dos direitos reinstaurados no primeiro comunicado após o 25 de Abril. As manifestações e greves feitas desde então representam a liberdade de expressão da população.

Mulher

O Estado Novo manteve o conceito do papel tradicional da mulher que era anteriormente utilizado. Seguindo as regras da igreja católica, para o governo, a mulher tinha como propósito cuidar da família e do trabalho doméstico. O Salazarismo acrescentou apenas a necessidade de a mulher ter como dever ser uma “mãe devota à pátria”.

A mulher tinha o dever de manter a harmonia no seio familiar, tanto enquanto mãe, como enquanto esposa. Devia ainda ser obediente e submissa à figura masculina.

Apesar da insistência do Estado Novo na doutrina do papel doméstico da mulher, a percentagem de população trabalhadora feminina ativa foi aumentando ao longo dos anos, principalmente na década de 1960, uma vez que grande parte dos trabalhadores do sexo masculino partiram para a guerra colonial.

As mulheres tinham oportunidade de votar, apenas se preenchessem vários requisitos, que excluíam a maior parte da população do sexo feminino. A partir de 1945 esta exclusão das mulheres passou a acontecer principalmente nas eleições municipais.

Com a Revolução dos Cravos, o papel da mulher teve uma enorme reforma. O direito de voto foi dado a todas as mulheres maiores de 18 anos, sem necessidade de cumprir outros requisitos. A lei eleitoral passou a considerar a mulher e o homem como iguais, pela primeira vez. O papel da mulher no mundo político sofreu alterações para além do voto, com o acesso a cargos de representação política. A ocupação do cargo de Primeiro-Ministro por Maria de Lourdes Pintasilgo, apenas 5 anos após o 25 de Abril de 1974, é um forte exemplo da mudança que aconteceu no país.

A educação passou a ser mais acessível, o que levou a que um maior número de mulheres tivessem um nível de escolarização superior. Consequentemente, foi possível ao sexo feminino ter acesso a melhores empregos e a profissões de maior grau de especialização.

As mulheres adquiriram muitos direitos essenciais com a democracia. Adquiriram essencialmente liberdade. Apesar da luta para a igualdade dos dois géneros ainda continuar de pé nos dias de hoje, o 25 de Abril representou grandes conquistas para a mulher e o seu papel na sociedade. (*O Salazarismo e as Mulheres: Uma Abordagem Comparativa*, (1997), Anne Cova, António Costa Pinto, p.71-

94) (*A Construção da Identidade da Mulher em Revistas do Estado Novo*, (2019), Aldina Marques, Isabel Margarida Duarte, Alexandra Guedes Pinto, Catarina Pinho) (*As Mulheres na política portuguesa*, (2019), Maria Antónia Pires de Almeida)

Versão curta:

O Estado Novo manteve o conceito do papel tradicional da mulher adotada pela igreja: a mulher tinha como propósito cuidar da família e do trabalho doméstico. O Salazarismo acrescentou o dever de a mulher ser uma “mãe devota à pátria”. Com a Revolução dos Cravos, o papel da mulher teve uma enorme evolução. A mulher viu reconhecida a igualdade de direitos perante a lei e passou a poder votar livremente, a estudar e a representar cargos políticos. As mulheres adquiriram muitos direitos essenciais com a democracia. Adquiriram essencialmente liberdade.

Paz

A palavra paz tem um grande significado, tanto a nível mundial, como nacional e até mesmo pessoal. Pode ter diversos significados, porém, no pós-25 de Abril, o seu significado era claro. O fim da opressão, o fim de um sistema autoritário e a devolução de direitos fundamentais à população portuguesa.

A democracia conquistada pelo país representou a paz.

O 25 de Abril trouxe também o fim da Guerra Colonial, o que também traduz o sentimento de paz vivido.

Povo

O povo é a personagem principal da Revolução do 25 de Abril. Foi o povo que sofreu a opressão do Estado Novo e foi o povo que lutou pela mudança, pela liberdade e pela democracia.

A expressão “o povo unido jamais será vencido” é um slogan imortalizado pela população portuguesa desde a revolução. E ainda hoje mantém grande significado, porque invoca o poder do povo e da sua união. (Arquivo RTP)

Reforma Agrária

O setor agrícola português sofria de um profundo atraso e era pouco evoluído ainda antes da tomada de posse do Estado Novo. Quando comparada a outros países europeus, a agricultura praticada no país era pouco modernizada e encontrava-se bastante atrasada, características ainda mais visíveis em zonas de latifúndio como no Alentejo. A proposta de uma reforma no setor foi obtendo cada vez mais apoio a nível nacional, ainda nas décadas de 1910 e 1920.

O Estado Novo integrou a ideia de Reforma Agrária vinda da Primeira República, no entanto a elaboração prática destes ideais não foi tão sucedida quanto era esperado. Na década de 1950, com o apoio à industrialização, a vontade de prosseguir com os planos da reforma ao setor agrícola diminuiu drasticamente.

Em 1974, o setor continua fortemente subfinanciado e frágil, o que afetava o desenvolvimento do país como um todo. Com a Revolução do 25 de Abril são imediatamente traçados objetivos para que haja uma melhoria na agricultura portuguesa, tanto pelo MFA, como pelos três primeiros governos provisórios. Existiram várias propostas relativas à Reforma Agrária, sendo as principais dos partidos políticos PS, PSD e PCP.

A Reforma Agrária era necessária e urgente, com o fim do Estado Novo a população sentiu de imediato necessidade de criar medidas que auxiliassem a evolução da agricultura portuguesa. Daí o enorme apelo e apoio a que tal acontecesse, que pode ser visto nos presentes documentos. (*Dicionário de História do Estado Novo, vol.II*, (1996) direção de Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, p.821-823)

Versão curta:

O Estado Novo apoiou inicialmente a Reforma Agrária visivelmente necessária no país, porém com o apoio à industrialização, a vontade de prosseguir com os planos da reforma ao setor agrícola diminuiu bastante. Com a Revolução do 25 de Abril são imediatamente traçados objetivos para que haja uma melhoria na agricultura portuguesa, a Reforma Agrária era necessária e urgente.

Sindicalismo

No início do Estado Novo, foi imposto aos sindicatos existentes que adotassem as medidas de funcionamento impostas pelo regime ou que terminassem a sua atividade. Os sindicatos eram a partir daquele momento considerados como “sindicatos nacionais” e deviam zelar pela economia do país em concordância com o governo. Os trabalhadores do Estado não podiam juntar-se aos Sindicatos Nacionais. Eram várias as regras restritas para que os sindicatos pudessem funcionar respeitando os ideais do Salazarismo.

Após o 25 de Abril, houve uma grande alteração no modo de funcionamento dos sindicatos e das suas funções. O seu foco principal passou a estar centrado nos direitos dos trabalhadores. Os governos provisórios preocuparam-se ainda em criar leis sindicais que promovessem esses mesmos direitos.

A mudança no movimento sindical foi essencial para a melhoria das condições de trabalho da população portuguesa. (*JornalismoPortoNet, Sindicatos: Um balanço nos 30 anos do 25 de Abril*, 2004, Ana Sofia Ribeiro) (*Dicionário de História do Estado Novo, vol.II*, (1996) direção de Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, p.916-923)

Versão curta:

Eram várias as regras restritas para que os sindicatos pudessem funcionar respeitando os ideais do Salazarismo. Após o 25 de Abril, houve uma grande alteração no modo de funcionamento dos sindicatos e das suas funções, os governos provisórios preocuparam-se ainda em criar leis sindicais que promovessem os direitos dos trabalhadores.

Voto

Durante o Estado Novo, era reduzida a percentagem da população que preenchia os requisitos, impostos pelo regime, para votar. Apenas podiam votar homens maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever, que fossem chefes de família e que exercessem funções para o estado português. As mulheres tinham de preencher os mesmos requisitos para votar, no entanto, o número de pessoas do sexo feminino que tinha direito ao voto era significativamente menor que o número de pessoas do sexo masculino.

As eleições ocorridas durante o Estado Novo eram manipuladas, o que tornou a vitória da oposição irrealizável.

Este cenário mudou com a Revolução do 25 de Abril, com a nova legislação que garantia o direito de voto a todos os cidadãos portugueses maiores de 18 anos.

As eleições passaram também a ser fidedignas e justas. O povo podia votar livremente e a sua opinião seria ouvida.

O direito ao voto é um dos maiores indicadores de liberdade. É uma ferramenta que dá à população o poder de escolha.

Versão curta:

Durante o Estado Novo, era reduzida a percentagem da população que preenchia os requisitos, impostos pelo regime, para votar. O voto não era livre, mas sim controlado e manipulado. Este cenário mudou com a Revolução do 25 de Abril, com a nova legislação que garantia o direito de voto a todos os cidadãos portugueses maiores de 18 anos.

O direito ao voto é um dos maiores indicadores de liberdade.

Anexo IV – Apresentação da Exposição “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril”

O DICIONÁRIO DE DEPOIS DE ABRIL: O LÉXICO DO 25 DE ABRIL

Carolina Bartolomeu

Centro de Documentação 25 de Abril

Mestrado em Património Cultural e
Museologia



A EXPOSIÇÃO

- Esta exposição foi criada a partir do estágio curricular no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra .
- Este projeto expositivo consiste na análise do vocabulário vulgarizado pela sociedade portuguesa depois da Revolução dos Cravos .
- A exposição foi construída a partir do espólio do Centro de Documentação 25 de Abril .

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Entender a transformação do significado do vocabulário que surgiu com o 25 de Abril de 1974. Compreender a sua importância no passado e no presente, bem como a sua evolução.

O DICIONÁRIO DE DEPOIS DE ABRIL: O LÉXICO DO 25 DE ABRIL

3

OBJETIVOS

Objetivos Específicos

- Reconhecer a mudança a nível político, económico e social que se desencadeou com o 25 de Abril de 1974.
- Reconhecer a importância da liberdade e da democracia.
- Compreender a importância da memória do Estado Novo, das conquistas do 25 de Abril no tempo presente e do significado das expressões exploradas na exposição.
- Analisar a relevância das expressões apresentadas no tempo presente: a sua importância, valorização e recorrência nos dias de hoje.

O DICIONÁRIO DE DEPOIS DE ABRIL: O LÉXICO DO 25 DE ABRIL

4

A EXPOSIÇÃO

- **Público-Alvo:** Estudantes (do 3º ciclo ao ensino superior), docentes e investigadores da Universidade de Coimbra, curiosos e interessados pelas temáticas retratadas.
- **Estrutura Física:** 42 documentos; 17 palavras; descrição inicial.

O DICIONÁRIO DE DEPOIS DE ABRIL: O LÉXICO DO 25 DE ABRIL

5

A EXPOSIÇÃO

- **Estrutura Lógica** Os documentos são organizados em sequência, por grupos, relacionando -se com as palavras . Cada palavra terá o seu destaque, com respetiva descrição . As palavras serão expostas com uma breve descrição que acompanhará os restantes documentos . O acesso a uma descrição mais extensa estará disponível através de um QR code ou de flyers disponíveis . No fim da exposição, através de um QR code, os visitantes respondem a um questionário sobre a relevância do léxico a que foram expostos durante a exposição .

O DICIONÁRIO DE DEPOIS DE ABRIL: O LÉXICO DO 25 DE ABRIL

6

DOCUMENTOS E PALAVRAS SELECIONADOS

- A escolha dos documentos foi feita considerando os seguintes critérios: as palavras e expressões mais relevantes dentro do objeto de estudo, o contexto onde a palavra ou expressão se insere no documento, o conteúdo global do documento e, por último, a estética, atratividade e pluralidade do documento.
- A escolha das palavras foi feita através da análise do espólio do Centro de Documentação 25 de Abril, considerando aquelas com maior destaque e que mais são utilizadas.

O DICIONÁRIO DE DEPOIS DE ABRIL: O LÉXICO DO 25 DE ABRIL

7

ORDEM DA EXPOSIÇÃO

- A exposição encontra-se organizada de forma a criar uma linha coesa e continua entre as palavras e expressões escolhidas e os documentos selecionados.
- A acompanhar a legenda introdutória à exposição estão dois documentos que captam de forma sucinta o que é o 25 de Abril. A primeira palavra a ser retratada será "Liberdade", uma vez que esta é a palavra central da Revolução dos Cravos, a que descreve melhor o acontecimento e, por isso, a mais conotada a este.
- A restante exposição está organizada considerando os documentos, que por vezes contêm mais do que uma palavra ou expressão. As legendas atribuídas a cada palavra e expressão serão colocadas junto ao grupo de documentos referente às mesmas.

O DICIONÁRIO DE DEPOIS DE ABRIL: O LÉXICO DO 25 DE ABRIL

8

ORDEM DA EXPOSIÇÃO

| Palavra/Legenda | Documentos |
|-----------------|--|
| Introdução | Cartaz 0126 Autocolante 2712 |
| Liberdade | Autocolante 1478 Mural 456 |
| Constituição | Mural 134 Mural 772 Cartaz 0965 Mural 216 |
| Paz | Mural 5 Autocolante 2285 |
| Fascismo | Mural 81 Mural 115 Cartaz 0455 Cartaz 0933 |
| Mão estendida | Cartaz 0411 Autocolante 2799 Cartaz 568 Mural 837 |
| Habitajo | Autocolante 2789 Mural 568 |
| Socialismo | Autocolante 3027 Cartaz 1814 |
| Cooperativas | Autocolante 472 Autocolante em número caixa 2 |

| | |
|-----------------|---|
| Cultura | Autocolante em número caixa 6, pag.8 (verso) Cartaz 024 Mural 409 |
| Educação | Autocolante 784 Mural 340 |
| Reforma Agrária | Mural 178 Autocolante 610 Cartaz 0913 Mural 207 |
| Mulher | Mural 422 Mural 550 Autocolante 112 Cartaz 0961 |
| Boato | Cartaz 0210 Cartaz 1096 |
| Eleições | Autocolante 61 Cartaz 1820 |
| Voto | Mural 36 Cartaz 0117 |
| Povo | Mural 456 |

9

A EXPOSIÇÃO

INTRODUÇÃO



“O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” é uma exposição que tem como objetivo ilustrar o vocabulário utilizado pela população portuguesa após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

O que aconteceu? A Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) acabou com a ditadura mantida pelo Estado Novo, durante 48 anos. Esta assentava em valores conservadores e nacionalistas, com uma forte ligação à igreja católica. Os meios de comunicação e a cultura eram frequentemente censurados e a população era fortemente doutrinação a seguir os princípios defendidos pelo estado, sob ameaça constante por parte da PIDE, polícia política, que era responsável pela imposição dos valores defendidos pelo estado e por prender, perseguir e torturar aqueles que lhes desobedecessem ou que discordassem com o regime.

No dia 25 de Abril de 1974, ocorreu a revolução que devolveu a liberdade de expressão à população portuguesa. A preocupação com a mudança e modernização do país era grande, bem como a necessidade de assegurar direitos que, durante décadas, foram negados.

Assim, várias noções, expressões e palavras, que traduziam esta luta por um país justo, começaram a ser utilizadas pela população.

Nesta exposição exploram-se partes deste léxico, selecionado através do estudo do espólio do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

10

A EXPOSIÇÃO

LIBERDADE

A palavra "Liberdade" é a palavra central do léxico do 25 de Abril de 1974, é a palavra que mais se destaca e mais se associa com o acontecimento. Não é uma palavra que tenha qualquer destaque durante o período do Estado Novo, pois o seu conceito não existia. A liberdade está intrinsecamente relacionada com a democracia, sendo que uma não pode existir sem a outra.



11

A EXPOSIÇÃO

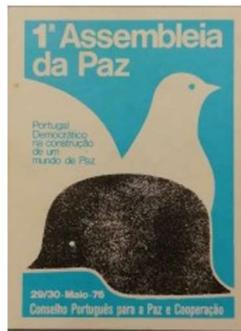
CONSTITUIÇÃO

Depois da Revolução, o país passou por momentos de tensão a nível político e social. Foi em 1976 que a Constituição da República Portuguesa, que ainda hoje se encontra em vigor, foi aprovada. A população sentiu um dever de proteção para com a Constituição, que assegurava os seus direitos, a sua liberdade e a impossibilidade de regressar a um regime opressor.



12

A EXPOSIÇÃO



PAZ

A palavra paz tem um grande significado, tanto a nível mundial, como nacional e até mesmo pessoal. Pode ter diversos significados, porém, no pós-25 de Abril, o seu significado era claro. O fim da opressão, o fim de um sistema autoritário e a devolução de direitos fundamentais à população portuguesa.

A democracia conquistada pelo país representou a paz.

O 25 de Abril trouxe também o fim da Guerra Colonial, o que também traduz o sentimento de paz vivido.



13

A EXPOSIÇÃO

FASCISMO

A ditadura do Estado Novo está fortemente ligada à noção de fascismo. O 25 de Abril de 1974 acabou com a ideologia fascista que moldava o cenário político português. "Fascismo nunca mais!" é uma frase que ainda hoje é utilizada pelos portugueses, como um slogan e apoio à liberdade e democracia.



14

A EXPOSIÇÃO

MANIFESTAÇÃO

O Estado Novo proibiu desde o início greves, manifestações e outras formas de protesto. Apesar de terem sido várias as ondas de manifestações durante o regime, estas foram sempre duramente reprimidas pelas forças policiais .

O direito à greve foi um dos direitos reinstaurados no primeiro comunicado após o 25 de Abril. As manifestações e greves feitas desde então representam a liberdade de expressão da população .



15

A EXPOSIÇÃO

HABITAÇÃO

Durante o Estado Novo foram criadas várias políticas para combater a falta de habitações com condições mínimas, porém, não foram suficientes para combater o problema totalmente. Quando se deu a Revolução dos Cravos, o cenário continuava desfavorável. O acesso e as condições de habitação da população portuguesa foram das grandes preocupações da sociedade do pós -25 de Abril de 1974.



16

A EXPOSIÇÃO



SINDICALISMO

Eram várias as regras restritas para que os sindicatos pudessem funcionar respeitando os ideais do Salazarismo. Após o 25 de Abril, houve uma grande alteração no modo de funcionamento dos sindicatos e das suas funções, os governos provisórios preocuparam-se ainda em criar leis sindicais que promovessem os direitos dos trabalhadores.

17

A EXPOSIÇÃO



COOPERATIVAS

As Cooperativas em Portugal são anteriores ao Salazarismo, no entanto, estas viveram sob constante ameaça do regime, pois baseiam-se maioritariamente em ideias democráticas. Com a Revolução do 25 de Abril o movimento cooperativo voltou a ganhar força. O movimento cooperativo visava encontrar soluções para problemas da comunidade, daí o apoio que surgiu por parte da sociedade portuguesa.



18

A EXPOSIÇÃO

CULTURA

A cultura foi utilizada pela população portuguesa durante as décadas do Estado Novo, para exprimir indireta e secretamente o desagrado perante o regime. Com o 25 de Abril, a liberdade de expressão fez-se sentir na cultura .



19

A EXPOSIÇÃO

EDUCAÇÃO

Durante o Estado Novo, a educação escolar centrava-se essencialmente nos valores cristãos e programas simplistas aprovados pelo Estado. Após o 25 de Abril de 1974, o sistema educativo sofreu grandes alterações criando uma abertura para o debate e a liberdade do pensamento. Com a Constituição da República Portuguesa de 1976, os valores democráticos na educação foram consolidados .



20

A EXPOSIÇÃO



REFORMA AGRÁRIA

Durante o Estado Novo, a educação escolar centrava-se essencialmente nos valores cristãos e programas simplistas aprovados pelo Estado. Após o 25 de Abril de 1974, o sistema educativo sofreu grandes alterações criando uma abertura para o debate e a liberdade do pensamento. Com a Constituição da República Portuguesa de 1976, os valores democráticos na educação foram consolidados.

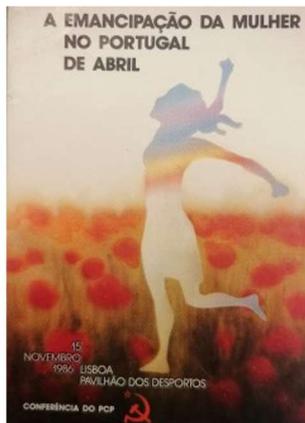


21

A EXPOSIÇÃO

MULHER

O Estado Novo manteve o conceito do papel tradicional da mulher adotada pela igreja: a mulher tinha como propósito cuidar da família e do trabalho doméstico. O Salazarismo acrescentou o dever de a mulher ser uma "mãe devota à pátria". Com a Revolução dos Cravos, o papel da mulher teve uma enorme evolução. A mulher viu reconhecida a igualdade de direitos perante a lei e passou a poder votar livremente, a estudar e a representar cargos políticos. As mulheres adquiriram muitos direitos essenciais com a democracia. Adquiriram essencialmente liberdade e igualdade de direitos



22

A EXPOSIÇÃO

BOATO

O boato existe desde sempre e é raramente desprovido de consequências. No pós-25 de Abril, foram vários os boatos que se fizeram circular pela população. Os primeiros anos de democracia foram marcados por incerteza política e social, os boatos criados depois da revolução aumentaram e alimentaram as incertezas e os medos de um povo que temia regressar a uma ditadura. Consequentemente, o apelo ao fim da propagação de boatos é grande no período de tempo que segue o 25 de Abril de 1974.

23

A EXPOSIÇÃO

ELEIÇÕES

Apesar da falta de liberdade, no período de ditadura continuaram a ser realizadas eleições, porém estas eram extremamente condicionadas e fraudulentas. Apenas uma pequena parte da população tinha direito ao voto e o ato do voto era manipulado pelo governo. Logo após a Revolução dos Cravos, ficou definido, pelo MFA (Movimento de Forças Armadas), o direito da realização de eleições livres no país. A mudança que ocorreu nas eleições portuguesas com o 25 de Abril é reflexo da liberdade conquistada pelo país.

24



A EXPOSIÇÃO

VOTO

Durante o Estado Novo, era reduzida a percentagem da população que preenchia os requisitos, impostos pelo regime, para votar. O voto não era livre, mas sim controlado e manipulado. Este cenário mudou com a Revolução do 25 de Abril, com a nova legislação que garantia o direito de voto a todos os cidadãos portugueses maiores de 18 anos.

O direito ao voto é um dos maiores indicadores de liberdade.



25

A EXPOSIÇÃO

POVO

O povo é a personagem principal da Revolução do 25 de Abril. Foi o povo que sofreu a opressão do Estado Novo e foi o povo que lutou pela mudança, pela liberdade e pela democracia.

A expressão "o povo unido jamais será vencido" é um slogan imortalizado pela população portuguesa desde a revolução. E ainda hoje mantém grande significado, porque invoca o poder do povo e da sua união.



26

O QUESTIONÁRIO

1. Por favor, indique a sua idade .
2. Indique o género com que se identifica .
3. Após ter visitado a exposição “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” mudou a sua perspetiva quanto aos acontecimentos do 25 de Abril de 1974?
4. Após ter visitado a exposição “O Dicionário de Depois de Abril: o Léxico do 25 de Abril” mudou a sua perspetiva quanto ao cenário político, social e económico atual do país e do mundo?
5. O que é para si a palavra “Liberdade”?
6. O que entende pela palavra “Fascismo”?
7. Qual a sua visão do direito ao voto?
8. Indique para si o que representa a Mulher no cenário atual português .
9. Acha importante e oportuno perpetuar a memória do significado destas expressões no pré-25 de Abril e no período de tempo imediatamente a seguir ao mesmo?
10. Qual a sua opinião global sobre a pertinência desta exposição?